

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROZIVALDO BARROS DE SOUZA

**AS POLÍTICAS DO SETOR ELÉTRICO NA BACIA DO RIO
TELES PIRES E OS ASSENTADOS ATINGIDOS PELA
BARRAGEM DA USINA HIDRELÉTRICA DE SINOP/MT.**

CÁCERES-MT

2020

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ROZIVALDO BARROS DE SOUZA

**AS POLÍTICAS DO SETOR ELÉTRICO NA BACIA DO RIO
TELES PIRES E OS ASSENTADOS ATINGIDOS PELA
BARRAGEM DA USINA HIDRELÉTRICA DE SINOP/MT.**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza

CÁCERES-MT

2020

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

S719 SOUZA, Rozivaldo Barros de.
Às Políticas do Setor Elétrico na Bacia do Rio Teles Pires em Sinop/MT. e os Assentados Atingidos pela Barragem da Usina Hidrelétrica de Sinop / Rozivaldo Barros de Souza - Cáceres, 2020.
100 f.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.
Orientador: Edevaldo Aparecido Souza

1. Desterritorialização. 2. Reterritorialização. 3. Assentamento. 4. Reassentamento. 5. Atingidos por Barragens. I. Rozivaldo Barros de Souza. II. Às Políticas do Setor Elétrico na Bacia do Rio Teles Pires em Sinop/MT. e os Assentados Atingidos pela Barragem da Usina Hidrelétrica de Sinop: .
CDU 908

ROZIVALDO BARROS DE SOUZA

ÀS POLÍTICAS DO SETOR ELÉTRICO NA BACIA DO RIO TELES PIRES E OS
ASSENTADOS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DA USINA HIDRELÉTRICA DE
SINOP/MT.

Essa dissertação foi julgada e aprovada como parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Cáceres, 17 de abril de 2020.

Banca examinadora

Prof. Dr. Edevaldo Aparecido Souza
Orientador
Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Profa. Dra. Tânia Paula da Silva
Avaliadora Interna
Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

Prof. Dr. Dimas Moraes Peixinho
Avaliador Externo
Universidade Federal de Goiás (UFG)

CÁCERES – MT
2020

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares que sempre me apoiaram nessa jornada.

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens, pelo companheirismo e apoio na realização dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, cujo amor me honra e me enriquece.

Ao professor Dr. Edevaldo Aparecido Souza, pela dedicação e orientação.

Ao Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB), pela disposição, apoio e companheirismo, em cooperar na realização da pesquisa, e demais colaboradores.

Aos colegas do Programa de Pós-graduação em Geografia, pelo tempo de convivência, companheirismo e principalmente amizade.

Ao povo Cacerense, pela hospitalidade nos meses que passei por aqui.

A família Poquiviqui e Silva que me acolheram de braços abertos.

A todos os companheiros e companheiras da luta, por uma transformação social e pela construção de uma sociedade sem classes.

“(...) A vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos.”

Rogério Haesbaert

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS	x
LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS.....	xii
LISTA DE FIGURAS.....	xiii
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	24
1 CONCEITOS ESTRUTURANTES DA PESQUISA.....	24
1.1. Conceito de agronegócio e agrohídronegócio	24
1.2 Conceito de atingidos	26
1.3 Conceitos de Desterritorialização e Reterritorialização	28
CAPÍTULO II	32
2 EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA	32
2.1 Breves abordagem sobre o Território Amazônico, ocupação e configuração espacial.....	32
2.2 O processo de colonização da Amazônia Mato-grossense e os desdobramentos do Capital	34
2.3 O potencial da Amazônia para os investimentos do setor elétrico Brasileiro e as disputas territoriais	40
2.4 A Bacia do rio Teles Pires e os seus projetos hidrelétricos	49
CAPÍTULO III	54
3 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS E A OUTRA LUTA DOS ASSENTADOS POR PERMANÊNCIA NA TERRA	54
3.1 Movimento dos Atingidos por Barragens e suas ações históricas em defesa dos atingidos por usinas hidrelétricas no Brasil	55
3.1.1 Ações do MAB no estado de Mato Grosso	60

3.2 O Assentamento 12 de Outubro: A resistência de um povo para (re)existir como camponeses	62
3.2.1 Os processos conflituosos das restituições de perdas, e as lutas por direitos ...	67
3.3 Gleba Mercedes: transfiguração espacial, relações de vivências e (re)construção do território	71
3.3.1 Os processos conflituosos das indenizações, as lutas por direitos	77
3.4 A reconfiguração dos assentamentos atingidos: as famílias remanescentes e o que restou	86
CAPÍTULO IV	92
4 REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO: O COTIDIANO, OS SINAIS DE RESISTÊNCIAS E OS ELEMENTOS CULTURAIS DO (DES)ENRAIZAMENTO E (RE)ENRAIZAMENTO.....	92
4.1 Criação de reassentamentos rurais para realocação de famílias camponesas afetadas por grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil	93
4.2 Reassentamento rural Coletivo: Criação, e a ressignificação das relações de vivências e da construção de um novo território.....	96
4.3 Os sinais de resistências e (re)existências no novo território	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS

AAI - Avaliação Ambiental Integrada
ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AM – Amazonas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
BASA - Banco da Amazônia S/A
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CES - Companhia Energética Sinop
EEFF - Escola Estadual do Campo Florestan Fernandes
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
ELETROSUL - Centrais Elétricas do sul do Brasil S/A
EPE - Empresa de Pesquisas Energéticas
EVTE - Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica
FHC – Fernando Henrique Cardoso
GW – Gigawatt
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDECO - Integração Desenvolvimento e Colonização
Km – quilômetros
LO - Licença de Operação
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MME - Ministério de Minas e Energia
MPF - Ministério Público Federal
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT – Mato Grosso
MWh – Mega watt-hora
PA – Pará
PA – Projeto de Assentamento
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PBA - Plano Básico Ambiental
PCH - Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDC - Plano Decenal de Energia

PDE - Plano de Desenvolvimento Econômico

PDS – Plano de Desenvolvimento Sustentável

PIN - Programa de Integração Nacional

POLOAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia Legal

PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

RO – Rondônia

S. A. – Sociedade Anônima

SINOP – Sociedade Imobiliária Norte do Paraná

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UHE - Usina Hidrelétrica

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1	27 países com energia mais cara no ano de 2015 – destaque para a posição do Brasil.....	47
Gráfico 2	Produção energética da Argentina e Brasil- 2012	48
Quadro 1	Usinas Hidrelétricas na Bacia Hidrográfica do Rio Teles.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Aproveitamento Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Paraná	42
Figura 2 Infográfico das usinas hidrelétricas em operação, em obras e planejadas na Amazônia brasileira	43
Figura 3 Mapa ilustrativo do Sistema Interligado Nacional – SIN no ano de 2015.....	45
Figura 4 Empreendimentos hidrelétricos construídas e em construção na bacia do Rio Teles Pires.....	52
Figura 5 Planta da localização do Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos, PDS 12 de Outubro, o Reassentamento Rural Coletivo e outras áreas impactadas pela UHE Sinop	54
Figura 6 Mapa de localização do assentamento 12 de Outubro	64
Figura 7 Mutirão de construção da E. E. Florestan Fernandes.....	65
Figura 8 Descarregamento dos transformadores e a implantação dos postes de energia elétrica no assentamento.....	68
Figura 9 Uma das salas de aula da escola Florestan Fernandez no assentamento 12 de Outubro em maio de 2016, antes da reforma pela CES	69
Figura 10 Corredor da escola Florestan Fernandez no Assentamento 12 de Outubro, em Julho de 2019, após reforma pela CES	70
Figura 11 Mapa de localização do PA Wesley Manoel dos Santos	72
Figura 12 Manifestação dos atingidos pela UHE Sinop no dia 13 de novembro de 2015.	78
Figura 13 Imagem de Satélite mostrando os pontos de interferência na malha viária do Assentamento Wesley Manoel dos Santos.....	82
Figura 14 Posto de saúde construído pela CES na agrovila do assentamento Wesley Manoel dos Santos	83
Figura 15 Manifestante em frente do escritório da empresa aguardando a equipe de negociação, com suas bandeiras e faixas de reivindicações.....	84
Figura 16 Mapa de localização do Reassentamento Rural Coletivo.....	92
Figura 17 Imagem do modelo de casas construídas pela CES no Reassentamento Rural Coletivo.....	97

Figura 18 Banner colocado na porteira de um dos lotes indicando que esta é uma unidade demonstrativa de produção de hortifrutigranjeiros	99
Figura 19 Centro Comunitário do Reassentamento	101

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender o processo de desterritorialização causado pela territorialização do hidronegócio em dois assentamentos da reforma agrária (12 de outubro e Wesley Manoel dos Santos), e a realocação de parte das famílias atingidas desses assentamentos para um reassentamento. O objetivo da pesquisa foi aprofundar o debate sobre os conflitos territoriais provocados pela implantação da UHE Sinop e expor o cotidiano e os sinais de resistências dessas famílias, como os elementos socioculturais do (des)enraizamento das famílias camponesas, e de (re)existências no Reassentamento Rural Coletivo. O método é o dialético e a abordagem teórica se deu a partir dos conceitos territorialização e desterritorialização. O trabalho empírico foi realizado através de visitas e entrevistas aos assentados e reassentados, o que possibilitou compreender a vivência com os diferentes sujeitos que compõem a população dos assentamentos e do reassentamento. O texto analisa e expõe as diferentes pautas de lutas para a permanência na terra, o cotidiano; a moradia, o acesso ao conhecimento, a escola e outras demandas para garantia de melhor qualidade de vida. O resultado da pesquisa foi analisar como se deu às ações de movimentos socioterritoriais em conflito com o agrohidronegócio na disputa pela terra e pela água na região. Levando em consideração o processo de expansão do setor energético em curso na Amazônia legal, como resultado de desenvolvimento desigual e combinado do capital. Expor as problemáticas historicamente colocadas da luta pela/na terra na região e do conflito capital-trabalho, agora com a mercantilização dos recursos hídricos e com a possibilidade do lucro.

Palavras-chave: Desterritorialização, Reterritorialização, Assentamento, Reassentamento, Atingidos por Barragens.

ABSTRACT

This research sought to understand the process of deterritorialization caused by the territorialization of hydrobusiness in two agrarian reform settlements (12 de Outubro and Wesley Manoel dos Santos), and the relocation of part of the affected families of these settlements to a resettlement. The objective of the research was to deepen the debate on the territorial conflicts caused by the implantation of UHE Sinop and to expose the daily life and the signs of resistance of these families, as the socio-cultural elements of the (de) rooting of peasant families, and of (re) existences in the Collective Rural Resettlement. The method is dialectical and the theoretical approach was based on the concepts of territorialization and deterritorialization. The empirical work was carried out through visits and interviews with the settlers and resettlers, which made it possible to understand the experience with the different subjects that make up the population of the settlements and resettlement. The text analyzes and exposes the different agendas of struggles to stay on earth, the daily life; housing, access to knowledge, school and other demands to guarantee a better quality of life. The result of the research was to analyze how the actions of socio-territorial movements in conflict with agribusiness would take place in the dispute over land and water in the region. Taking into account the process of expansion of the energy sector underway in the region, as a result of the uneven and combined development of capital. Expose the historically posed problems of the struggle for / on land in the region and the capital-labor conflict, now with the commodification of water resources and the possibility of profit.

Key Words: Desterritorialization, Reterritorialization, Settlement, Resettlement, Affected by Dams.

INTRODUÇÃO

O texto de dissertação de mestrado que aqui se apresenta é resultado de uma pesquisa que buscou compreender as relações e disputas territoriais a partir da nova investida do capital na mercantilização dos recursos hídricos na bacia do rio Teles Pires, com a construção da Usina Hidrelétrica Sinop (UHE Sinop-MT). O que se percebe é um voraz interesse de empresas nacionais e transnacionais nos recursos hídricos dessa bacia, a partir do ano 2000, que culminou na construção de cinco usinas hidrelétricas para obtenção de energia elétrica, sendo uma delas a UHE Sinop-MT, os quais resultaram em sérios conflitos territoriais.

Os conflitos territoriais causados por empreendimentos hidroelétricos na Amazônia vêm de longa data, e se iniciam com as políticas públicas dos governos militares pós-1964 que, conhecendo o potencial de uma expansão do hidronegócio¹ para o território Amazônico, com grandes investimentos no setor elétrico, foram construídas as usinas hidrelétricas de Tucuruí (PA) e Balbina (AM), no norte do país. A primeira foi construída no início da década de 1970, e a segunda na segunda metade dos anos 1980, por meio do Programa de Integração Nacional (PIN)², que visava a integração da Amazônia Legal ao mercado nacional e internacional, sob o discurso de haver espaços vazios/reservas ali existentes.

No final do século XX havia um esgotamento dos recursos hídricos na Bacia hidrográfica do Paraná, onde se encontra o maior número de empreendimento hidrelétrico no Brasil e precisava abrir novas fronteiras para a expansão do hidronegócio a outras bacias com abundância de água, nesse caso, a Amazônia Legal continuou nos planejamentos de disputas territoriais por parte do capital, com aval do Estado.

¹ Para Malvezzi (2012) o hidronegócio é “literalmente, o negócio da água, e tem óbvia inspiração na expressão agronegócio”, por isso ser comum o uso do termo hidronegócio ou agrohidronegócio.

² O PIN foi um programa dos governos militares que visava estabelecer uma política de incentivo às regiões consideradas distantes e inacessíveis, estimulando a colonização de toda a região Centro Oeste e Norte do país, essa região era considerada como “espaço de reserva”, então o objetivo era integrar os grandes espaços vagos da Amazônia Legal e das regiões ainda pouco povoadas à economia nacional, através da colonização estatal e privada.

No início do século XXI, nos governos Lula e Dilma, instituiu-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), semelhante ao PIN, que visou acelerar o crescimento econômico do país, a partir de investimentos em infraestrutura, como a abertura e pavimentação de rodovias, construção de portos e hidrelétricas, dentre outros. O maior investimento no PAC foi com a construção de usina hidrelétricas para a geração de energia para abastecer as indústrias brasileiras que estavam em acelerada expansão naquele período.

Com essa nova investida do Governo Federal e em parceria com empresas privadas (a denominada parceria público-privado) provocou um acentuado número de construção de usinas hidrelétricas na Amazônia, onde houve um aumento dos conflitos territoriais, tendo como exemplo a polêmica construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira/PA. Também foi nesse período que muitas hidrelétricas se espalham pelo território nacional e também na bacia do Amazonas, como a construção das usinas hidrelétricas do Madeira e Santo Antônio em Porto Velho/RO, e também as usinas da bacia do rio Teles Pires no norte do estado do Mato Grosso, também inseridas na Amazônia legal.

Os impactos ambientais e sociais destas grandes obras foram incalculáveis, com desastroso processo de desterritorialização de populações ribeirinhas, indígenas e moradores da cidade de Altamira e Porto Velho, obrigadas a deixar seu local de origem para se reterritorializadas em outras localidades.

É com esse panorama de conflitos territoriais e realocação de famílias atingidas pela construção de hidrelétricas na Amazônia, que a pesquisa de dissertação se justifica, em função da desterritorialização causada por grandes projetos hidrelétricos na bacia do Rio Teles Pires. Essa problemática surgiu no início do ano 2000, e gerou um clima de insatisfação nas famílias e surgiram vários focos de resistência onde às obras estavam sendo construídas. Nessas regiões os atingidos iniciaram com revoltas, lutas por indenização e logo formaram organizações locais e regionais de resistência.

Cabe destacar que a descrita desterritorialização suscita como fruto do processo de expansão do capital na região, por intermédio de ações pensadas há anos e só recentemente colocadas em prática, juntamente com o avanço do

agronegócio na região, dessa forma provocando diferentes disputas territoriais entre comunidades, os quais lutam cotidianamente para preservar seus modos de reprodução social.

A pesquisa analisou o processo de desterritorialização de camponeses, causado pela territorialização do hidronegócio, em dois assentamentos da reforma agrária, e a relocação (reterritorialização) de parte dessas famílias atingidas para um reassentamento, criado especificamente para abrigar as famílias atingidas pela usina hidrelétrica de Sinop (UHE Sinop) na bacia do rio Teles Pires, no norte do estado de Mato Grosso.

A UHE Sinop-MT é umas das cinco hidrelétricas planejadas e construídas no Rio Teles Pires. A sua barragem formou o maior lago dentre as outras quatro construídas, pois contou com um reservatório que inundou uma área de cerca de 40.000 mil hectares, sendo que 35.000 mil hectares são florestas. A potência instalada dessa usina é de 400 MW e localiza-se a 70km de Sinop e 551km da capital Cuiabá. Pela sua grandeza e extensão do reservatório, atingiu diretamente áreas de assentamentos e indiretamente áreas urbanas, sendo a obra que teve o maior custo social, pois promoveu o maior impacto socioambiental dentre as cinco UHEs que foram construídas na bacia do rio Teles Pires.

Esse empreendimento atingiu os municípios de Sinop, Claudia, Ipiranga do Norte, Itaúba e Sorriso, todos em Mato Grosso. O consórcio responsável pelo empreendimento é formado pelas estatais Eletronorte e Chesf, assim como a companhia privada Eletric de France (EDF), sendo essa última a maior acionista do empreendimento, com 51% do capital, caracterizando-se na denominada “parceria público-privado”, sendo que o capital estrangeiro tem maior aporte no empreendimento. São mais de 300 famílias atingidas, dentre elas dois assentamentos do INCRA, a saber, o Assentamento 12 de Outubro, no município de Claudia e o Assentamento Wesley Manoel dos Santos, conhecido como Gleba Mercedes, no município de Sinop (somados ao reassentamento Rural Coletivo constituem o recorte espacial desta pesquisa), além de aproximadamente 100 pescadores, e diversas chácaras, ceramistas e fazendeiros do município de Sinop e região.

Entretanto, a construção da UHE Sinop, criou uma série de transformações tratadas com indiferença por seus planejadores, que forçou a saída de um contingente populacional, cujas raízes tradicionais foram desenvolvidas no local e estão vinculadas ao lugar, como pescadores, ribeirinhos e camponeses, que muito dos casos foram direcionados ao espaço urbano.

Ao considerar essa problemática dos conflitos territoriais e a realocação/desterritorialização de famílias atingidas pela construção da UHE Sinop, a pesquisa analisou os diferentes processos cotidianos de resistências ao capital, que estabelecem confronto entre as lógicas estabelecidas nos territórios camponeses com a lógica do capital, por meio da expansão do agrohidronegócio. Esse embate tem como arena de enfrentamento os assentados da Gleba Mercedes, no município de Sinop, e o 12 de outubro, no município de Cláudia. Com essa problemática, procuro analisar o processo de desapropriação e a realocação das famílias camponesas atingidas desses dois assentamentos, e seus reflexos no reassentamento, ainda sem denominação definitiva, conhecido provisoriamente como Reassentamento Rural Coletivo.

A resistência dos camponeses assentados tem sido de enfrentamentos constantes com o capital, se organizando em entidades de apoio aos agricultores como: Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, sindicatos e associações, onde criam mecanismo de luta e mobilização para resistir na terra.

Para os dois assentamentos a construção da UHE Sinop provocou um processo de perda de parte do seu território para dar lugar ao lago da usina, contabilizando 291 famílias atingidas (77 do Assentamento 12 de Outubro e 214 da gleba Mercedes). Muitas dessas famílias atingidas, já estão realocadas/reterritorializadas no reassentamento que foi criado para reassentar essas famílias.

O método de abordagem teórica é o materialismo histórico dialético, pois enquanto enfoque metodológico busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade, de mundo e de vida, que objetiva a emancipação do sujeito, dotado pela construção de um pensamento transformador, que busca romper com paradigmas sociais estabelecidos historicamente. O método dialético, segundo

Gil (2008), busca interpretar a realidade, partindo do pressuposto de que todos os fenômenos apresentam características contraditórias organicamente unidas e indissolúveis: “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro”, corroboram Lakatos e Marconi, (2007, p. 101). Pois para entender os conflitos resultantes da instalação de um empreendimento hidrelétrico é importante um método que forneça elementos para entender os conflitos existentes, e como se entremeiam no contexto histórico da formação territorial dos territórios pesquisados.

Como parte dos procedimentos metodológicos utilizou-se da pesquisa participante, que é caracterizada pelo envolvimento do pesquisador com o campo de pesquisa. Grossi (1981) define a pesquisa participante como “um processo de pesquisa no qual a comunidade participa na análise de sua própria realidade, com vistas a promover uma transformação social em benefício dos participantes que são oprimidos” (GROSSI,1981, p.81). Portanto, é uma atividade de pesquisa, orientada para a ação. Isso ocorre sobretudo quando o pesquisador participa como militante de organizações sociais que desenvolve trabalhos com os sujeitos pesquisados, pois está envolvido direto com as tensões conflituais debatida na pesquisa.

A pesquisa participativa, com diálogos direto com os assentados e reassentados permitiu-me, uma aproximação maior com o objeto de pesquisa, pois percorrendo os caminhos dentro dos assentamentos atingidos pela UHE Sinop, desde 2013 como militante do Movimento dos Atingidos por Barragens, acompanhando os debates e as discussões em relação à implantação de um empreendimento hidroelétrico nessas comunidades rurais. Agora como acadêmico, a pesquisa participativa possibilitou uma sistematização da realidade das famílias atingidas, a análise do cotidiano, suas angústias em lidar com as perdas no sentido material e imaterial. E permitiu compreender melhor como se materializa, na prática, a penetração do capitalismo no campo, e o processo da desterritorização, seja ele pelo agronegócio ou pelo hidronegócio.

Embora sejam utilizados alguns dados quantitativos (tabelas e gráficos) como dados secundários, a pesquisa qualitativa foi predominante. Segundo Minayo (2014) a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que

corresponde a um espaço mais aprofundado das relações, dos processos, dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. (MINAYO, 2004, p. 21). Para se trabalhar as angústias e tensões provocadas por perdas de valor econômico e simbólico e do vivido no lugar e a partir dos vínculos territoriais, a pesquisa qualitativa é uma das mais indicadas.

Para a elaboração da dissertação foram usados três recursos metodológicos principais: leituras bibliográficas e documentais (fontes primárias e secundárias); pesquisa de campo; e a percepção dos resultados pelas ações participativas. O primeiro foi a pesquisa bibliográfica, por meio da qual foi realizado todo um levantamento, seleção e análise de obras publicadas acerca dos temas da pesquisa. E análise documental de documentos do Governo Federal, como a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da bacia do rio Teles Pires, Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que são documentos da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE). Esses documentos apresentam as características gerais da bacia hidrográfica do rio Teles Pires, a sua abrangência, o processo de ocupação da região em que essa bacia está inserida, e seus principais impactos sociais e ambientais promovidos por esse processo de ocupação, dentre outros.

O Depois foram os resultados de ações participativas, pois o pesquisador é militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), uma organização social que apoia e mobiliza as famílias atingidas pela UHE Sinop, e com isso, colheu e sistematizou dados provenientes de reuniões, assembléias, seminários e palestras no decorrer dos anos de 2013 até meados de 2019.

Para o recurso da pesquisa de campo foram realizadas entrevistas a partir de questionários semiestruturados, com intuito de obter dados atuais da realidade das famílias assentadas atingidas pela UHE Sinop-MT. As entrevistas, num total de 30 nos dois assentamentos e 18 no reassentamento, foram realizadas no espaço da casa-quintal dos lotes de cada família atingida entrevistada, sendo aplicados em dias diferentes e alternados. Os critérios usados para realização das entrevistas nos assentamentos foram os atingidos que, de alguma maneira, tiveram as suas infraestruturas como casas, currais etc. impactadas.

Para a promoção do debate nesse trabalho buscou-se um referencial teórico específico a respeito do processo de ocupação da Amazônia Mato-grossense, em especial, a bacia hidrográfica do rio Teles Pires, bem como as consequências negativas das hidrelétricas nessa bacia. Dentre os autores abordados, encontram-se obras de Gonçalves (2005), Loureiro (2009), Becker (2005), que vão tratar do processo de ocupação da Amazônia brasileira. E também Barbosa (1988), Fiorelo Picoli (2005), (2006) que realizaram um estudo teórico a respeito da ocupação da Amazônia Legal que compõem a região norte do estado de Mato Grosso, a partir das políticas de colonização durante o período militar.

Dentre outras fontes utilizadas que contribuem nas discussões estão: trabalhos de conclusão de curso de Souza (2017) sobre os atingidos por barragens da Gleba Mercedes; artigos de Soares (2016), Gonçalves (2007); conteúdos extraídos de palestras, encontros e de documentos produzido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que debate a atual situação das UHEs já construídas e em processo de execução na bacia do rio Teles Pires. Correa (1996), Haesbaert (1994) (1999) (2006), Saquet (2008), Rasffestin (1993) para as discussões territoriais, e Oliveira (2011), Fernandes (2008), Grzybowski (1991), que contribuíram no debate dos temas. Por fim, a dissertação está estruturada nos seguintes capítulos:

O capítulo I apresenta os conceitos estruturantes da pesquisa, utilizados no decorrer da elaboração da dissertação, como agrohidronegócio, atingidos, desterritorialização e reterritorialização. A apresentação desses conceitos tem por objetivo proporcionar uma discussão mais aprofundada sobre os contextos apresentados na pesquisa.

No capítulo II, se encontra uma breve discussão sobre a configuração atual do território da Amazônia legal e os processos de colonização da porção norte do estado de Mato Grosso, expondo como ocorreu o processo de colonização, incentivado por meio de políticas públicas com o objetivo de alargar as fronteiras agrícolas, assim como a mercantilização dos seus recursos hídricos na atualidade.

No capítulo III, aborda-se a atual situações dos dois assentamentos da reforma agrária atingidos pela construção da usina hidrelétrica de Sinop-MT

(UHE Sinop) e objetos de pesquisa: Projeto de Assentamento (PA) 12 de Outubro, localizado no município de Cláudia-MT; e Assentamento denominado Wesley Manoel dos Santos (conhecido como gleba Mercedes), que situa-se no município de Sinop-MT. O capítulo expõe a real situação das famílias assentadas atingidas por essa hidrelétrica, que lutam pelo direito à permanência na terra, assim como a luta de reparação de perdas materiais e simbólicas.

No capítulo IV, faz-se um breve contexto histórico das famílias atingidas por empreendimentos hidrelétricos, que passaram pelo mesmo processo de remanejamento para outras áreas no Brasil, como também a trajetória das famílias reassentadas no reassentamento rural coletivo no município de Sinop-MT, ressaltando a caminhada histórica das famílias, as dificuldades enfrentadas com a mudança do território de origem onde mantinham vínculos de relações socioculturais, políticas, produtivas e econômicas. Por fim, como se dá a reprodução nas suas práticas cotidianas atuais, analisando os sinais de resistência e a perda dos elementos culturais do (des) enraizamentos nesse novo território.

CAPÍTULO I

1 TERMOS OU CONCEITOS USADO NA PESQUISA

1.1. Agrohidronegócio

No século XXI os conflitos relacionados à disputa por terra e pelo acesso a água, têm ocupado um espaço que envolve a criação de políticas públicas. Se tratando de construções de barragens para abastecimento de água ou para a produção de energia e as transposições de rios para irrigação, surgem um novo conceito que vai definir melhor a mercantilização da água, o Hidronegócio.

Antes de se chegar ao conceito de hidronegócio e também agrohidronegócio, é preciso apresentar o conceito que deu origem a esses outros, o agronegócio. Historicamente a agricultura tem exercido um papel central nas relações econômicas internacionais, principalmente após a segunda guerra mundial. Nota-se um processo de expansão do comércio agrícola no mundo, disseminando um sistema internacional de produção, comandado principalmente pelos Estados Unidos, denominado agribusines.

No Brasil esse termo é conhecido como agronegócio que, segundo Mendonça (2015, p.375), “o termo agronegócio (agribusiness) teve origem na School of Business Administration da Universidade de Harvard, com a publicação do livro “A Concept of Agribusiness”, de John Davis e Ray Goldberg em 1957”. A publicação dessa obra deu um ponta pé inicial no campo das ideias, de que o campo estaria passando por grandes transformações a partir de uma “revolução tecnológica”, tendo como base o “progresso” científico utilizado na agricultura. Para isso seria necessário formular políticas públicas de apoio à grande exploração agrícola diante do aumento dos custos de produção, transporte, processamento e distribuição de alimentos. Müller (1989) define agronegócio como:

As relações entre indústria e agricultura na fase em que a agricultura apresenta intensas conexões, com a indústria, as chamadas agroindústrias. O agronegócio é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, relações estas associadas às atividades agrárias. (MÜLLER, 1989, p.148).

Conforme Rufino (1999), o agronegócio abrange todas as operações e transações envolvidas, desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento, distribuição e consumo dos produtos agropecuários “in natura” ou industrializados. De forma bem objetiva, Graziano (1998) afirma que o agronegócio representa um agregado de subsistemas inter-relacionados por fluxos de troca, que abrange todas as transformações associadas aos produtos agrícolas, desde a produção de insumos, passando pelas grandes fazendas produtivas, processamento e distribuição, até o consumidor final.

Com o aumento da produção no campo e processamento nas indústrias, desencadeou uma demanda de grandes quantidades de águas para as irrigações, e de energia elétrica para abastecer as indústrias. Sendo assim, a produção de cultivares oriundo do agronegócio e a mercantilização da água para irrigação e produção de energia elétrica, está indissociável uma da outra, pois há uma dependência entre elas.

Malvezzi (2012, p. 397) afirma que o hidronegócio é “literalmente, o negócio da água, e tem óbvia inspiração na expressão agronegócio”, por isso é comum o uso do termo agrohidronegócio cunhado por Mendonça e Mesquita (2007), no texto “O Agrohidronegócio no Cerrado Goiano: Construção das (Re) existências”, conforme Thomaz Júnior (2016).

Temos utilizado o conceito de agrohidronegócio nos nossos estudos, por entendermos que o capital quando busca terras planas, férteis, com logística favorável etc., fecha o ciclo das decisões para formatar seu projeto de controle do território, por meio do qual expropria populações originárias, se apoderando também da disponibilidade hídrica. Assim, seja superficial, seja de aquíferos, a água está no centro das disputas e conflitos territoriais (THOMAZ JÚNIOR, 2016, p.1).

Para esse autor (2010, p.9), “os projetos que fazem parte do hidronegócio vislumbram, sobretudo a reprodução ampliada do capital. A monopolização da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital”. O hidronegócio tem várias faces como a irrigação, o negócio da água engarrafada, abastecimento, a construção de

hidrelétricas para obtenção de energia elétrica. Como alerta Thomaz Júnior, (2010).

Se superficial, se represada, se disponível em aquíferos, a água tem ocupado importância no âmbito das políticas públicas que incidem sobre transposição—também denominada politicamente por integração de bacias, no caso do rio São Francisco, por meio dos Eixos Norte e Leste—perenização de rios, construção de açudes, canais e dutos, manutenção de sistemas de bombeamento para irrigação etc. Outra face desse processo é a ação dos capitais privados que também investem em suas estruturas próprias, a fim de garantirem acesso e controle sobre água, mas fundamentalmente usufruem e mantêm privilégios à base dos investimentos públicos. (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p.8).

Assim, Mendonça e Mesquita (2007), reforçado por Thomaz Júnior (2010; 2016), formularam um novo conceito que fundem os dois termos e princípios, o conceito de agrohidronegócio. Essas relações desenvolveram grandes monopólios industriais e comerciais que se apropriam de grande parte da renda da terra e dos recursos hídricos.

1.2 Atingidos

O conceito de atingido vem sendo debatido pelo MAB desde a sua origem, pois o foco das ações desse movimento social são os sujeitos sociais atingidos por algum empreendimento hidrelétricos, como está explícito no próprio nome do movimento social “Movimento dos Atingidos por Barragens”. O MAB precisou criar algo que os identificasse, como “eu sou atingido pela usina tal...”, pois antes da organização se definir como um movimento social autônomo e nacional eram identificados como afogados (FERNANDES, 2000), expropriados (MAGALHÃES, 1990) etc. Segundo Foschiera (2009):

O conceito de atingido aplicado a cada barragem é geralmente cunhado no conflito entre os atingidos e os responsáveis pelo empreendimento, e no conhecimento/reconhecimento pelos atingidos de direitos que extrapolam a legalidade e questionam o projeto de desenvolvimento que vem sendo colocado em prática. (FOSCHIERA, 2009, p. 34).

O termo Atingido despertou interesse da academia, onde houve uma leva de autores que se debruçaram sobre o tema sendo um dos mais conhecidos o professor Carlos Vainer em sua obra Conceito de Atingido: Uma

revisão do debate e diretrizes (2008), onde ele sintetizou que o atingido não é o afetado diretamente pela usina, e sim todos que sofrem com algum impacto indiretamente pelo empreendimento como:

As alterações na organização cultural, social, econômica e territorial de toda uma região onde se constrói uma usina hidrelétrica. Pois devem ser considerados as alterações resultantes não apenas da implantação do reservatório, mas também das demais obras e intervenções associadas ao empreendimento, tais como canteiro, instalações funcionais e residenciais, estradas, linhas de transmissão, etc. (VAINER, 2008, p. 12)

Santos (2015), também acrescenta que esse termo é disputado em diferentes instâncias: (i) no campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios, (ii) no seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra hegemonia na sociedade.

As empresas do setor elétrico reconhecem apenas, os que são diretamente atingidos pela construção de barragens, enquanto o MAB tem outra compreensão de atingido, estendendo para além dos atingidos diretamente pela construção de uma usina, como também outros sujeitos impactados indiretamente, como por exemplo, os pescadores, que dependem da água do rio para o seu sustento, os ceramistas com a perda de espaço de retirada do barro também é atingido, assim como moradores das cidades próximas onde estão sendo construído algum empreendimento hidrelétrico.

Vainer (2008), concluí que, a implantação de uma barragem implica via de regra, num processo complexo de mudança social, que envolve não só o deslocamento compulsório de populações, mas também:

Devem ser considerados os efeitos a “jusante”³ da barragem, que se fazem sentir normalmente apenas após o enchimento do reservatório, assim como a restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas (garimpo, extração de materiais, etc.). Também todas as interferências, deverão ser consideradas para efeito da identificação dos impactos. As perdas de natureza afetiva, simbólica e cultural, imateriais e intangíveis, e por isso mesmo não

³ rio abaixo, para onde se dirige a corrente. Que é contrário de montante, rio acima em direção a nascente do rio.

passível de quantificação ou de simples indenização financeira, devem ser consideradas objeto de ampla e aberta discussão e negociação. Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. (VAINER, 2008, p. 15.)

Ou seja, a propagação e abrangência do conceito de atingido vão depender do poder de organização e ação do MAB em cada barragem. Pois Foschiera (2009) vai nos dizer que é na escala local onde ocorrem as disputas que levarão à definição deste conceito. As demais escalas do conflito servirão de apoio, tanto com procedimentos que fortifiquem a ação local, como um apoio especializado nos momentos de negociações. Por isto, que em empreendimentos que estão sendo construídos ao mesmo tempo, e nos quais o MAB está atuando, ocorrem diferentes entendimentos sobre o conceito de atingido.

1.3 Desterritorialização e Reterritorialização

No decorrer da evolução humana o homem se tornou territorialista, sempre precisando de se territorializar, de ter um espaço, de se identificar com ele. É também com base neste espaço que o ser humano define a sua identidade. Pois segundo Rasffestin (1993):

O Território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator territorializa o espaço. [...] O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou, seja energia e informação, que por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Segundo Haesbaert (2004) a desterritorialização é definida como um processo voluntário ou forçado, violento, de perda de território, de quebra de controle das territorialidades pessoais ou coletivas, de fratura no acesso a territórios econômicos, simbólicos, e de recursos. Em contrapartida Fernandes (2008) conceitua a desterritorialização como uma quebra do controle de cada indivíduo, comunidade ou empresa sobre o seu território. No caso específico das populações, essa implica uma quebra de vínculos, uma perda de território,

um afastamento aos respetivos espaços de afirmação material e/ou imaterial, funcional e/ou simbólica.

Considera-se, por conseguinte, que a causa da desterritorialização, é resultado de um conjunto de fatores que estão associados a problemas de desigualdades, insegurança, e hoje, mais ainda, associado a crises sociais e econômicas. Segundo Haesbaert (2004), isso corresponde a uma perda de referências espaciais (mas não a uma perda de espaço) e a um processo de desenraizamento involuntário, à perda de autonomia e liberdade na apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e consequente crise social e psicológica com desajustes de afirmação identitária e econômica.

Rogério Haesbaert (2004) faz ainda uma distinção entre a desterritorialização *ex situ* e desterritorialização *in situ*. Assim, a desterritorialização *ex situ* ocorre quando é consequência de uma deslocação dos indivíduos para outro espaço e/ou território. A desterritorialização *in situ* ocorre sem haver necessidade de os indivíduos abandonarem os seus referenciais de localização, ou seja, não deixam o seu território, mas o acesso fica limitado, condicionado. Desta forma, a desterritorialização:

Será um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de “privação de território”, perda de controle e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas, isto é, redução evidente do acesso: aos lugares econômicos e simbólicos, aos recursos, à habitação a outros lugares que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo. (FERNANDES, 2008, p.5).

A desterritorialização pode ser resultado de vários fatores, como causas naturais e humanas, que pode ser forçado, involuntário ou voluntário. Entre as causas humanas podemos destacar as guerras, as crises políticas ou econômicas, o desemprego, os projetos de desenvolvimento como a construção de vias de comunicação, rodovias, UHEs, entre outras. As de causas naturais destacam-se as provocadas por fenômenos como enchentes, deslizamentos de terra, terremotos, erupção vulcânica, que podem provocar a saída temporária ou permanente de indivíduos impactados por esses eventos. Ambos são também exemplos de desterritorialização *ex situ*, implicando a deslocação dos indivíduos que sofrem com o deslocamento populacional. A

desterritorialização *ex situ* é um importante fator de vulnerabilidade social e criação de pobreza.

Haesbaert (2004) alerta ainda que se estes indivíduos não conseguirem se reterritorializar, irão originar aglomerados móveis de exclusão. Nesse sentido, a desterritorialização está implícita com o de reterritorialização, pois, são ciclos que nem sempre se concluem. Segundo Haesbaert (2004, p.144), “a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios e fundando outros”. A desterritorialização é o movimento do abandono do território, enquanto a reterritorialização é o movimento de construção do mesmo. Portanto, são movimentos simultâneos e indissociáveis. Sendo assim, o homem como um ser eminentemente social e sociável, está sempre necessitando de se adaptar às novas circunstâncias, aos novos territórios. Esses dois processos são construídos coletivamente. Segundo Haesbaert: “nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois e, principalmente, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização” (HAESBAERT, 2004, p.131). Então podemos considerar que uma ação de desterritorialização, que implica numa fratura entre o indivíduo e os seus territórios, está quase sempre, acompanhado de uma reterritorialização.

O ser humano tem uma capacidade incrível de sociabilidade e a interação com outros indivíduos e, com essas características, tornam o ser humano territorialialista, e cria vínculos e laços com um novo território. Isso poderá ser até demorado, pois tudo dependerá da capacidade e vulnerabilidade de cada indivíduo para a retomada de territórios. Se o grupo social for mais vulnerável socialmente, a reterritorialização vai se tornar muito mais complexo e muitas vezes não concluídos, criando assim problemas sociais graves, como é o caso de ocupações de terras promovido pelo MST ou a criação de assentamentos e/ou reassentamentos rurais, que quase sempre por falta de investimentos em infraestrutura por parte do governo e das empresas responsáveis pela desterritorialização, resulta em condições de vida miseráveis. Por outro lado, em grupos com maior poder político ou econômico, a reterritorialização tenderá a ser mais rápido e mais completo.

Segundo Haesbaert (2004), o processo de reterritorialização, não se caracteriza como um “fechamento”, nem tampouco estará acabado, estará se deslocando juntamente com os movimentos de desterritorialização e de territorialização, sendo reconfigurada através das relações de poder dos sujeitos. No entanto, a apropriação do território não é efetuada somente pelo fato de se estar em um lugar, mas também por se apropriar dele, territorializá-lo e criar territorialidades sobre ele.

CAPÍTULO II

2 EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA

Nesse capítulo, apresenta-se uma breve discussão sobre a configuração atual do território da Amazônia legal, principalmente referente ao período de uma investida do capital por meio de políticas públicas dos governos militares, e os processos de colonização da Amazônia mato-grossense. Assim como também irá abordar a atual investida do capital na mercantilização dos recursos hídricos, que iniciou no ano de 2000, com alguns projetos de construção de barragens na bacia do rio Teles pires, para obtenção de energia elétrica e que sempre resulta em conflitos.

2.1 Breves abordagem sobre o Território Amazônico, ocupação e configuração territorial

A Amazônia é um território complexo e multifacetado onde se encontram culturas, rostos e diferentes matrizes de racionalidades. Dessa forma, a percepção que geralmente se tem da Amazônia, como já ressaltou Gonçalves (2005, p.12) é “uma imagem sobre a região e não da região”, ou seja, a partir da representação do outro. Desde a colonização, ela é vista a partir dos colonizadores e não pelos seus próprios habitantes. Nas diferentes representações, esse território é caracterizado e explorado, mais a partir da expectativa e da vontade do explorador estrangeiro e, mesmo brasileiro, e não dos Amazônidas, conforme escreve Loureiro (2009):

[...] os primeiros conquistadores e colonizadores não se conformaram em ver uma terra que lhes pareceria o paraíso terrestre ocupada por povos que julgavam inferiores, bárbaros, primitivos, rudes, preguiçosos, e para muitos, possivelmente desprovidos, de alma. Dos primeiros séculos da colonização aos governantes, políticos e planejadores dos dias atuais, a história da Amazônia tem sido o penoso registro de um esforço gigantesco e “civilizador” para modificá-lo transformando-o a situação original. A sua história é a de uma saga secular empreendida pelo Estado e pelas elites na tentativa de domesticar o habitante e a natureza da região, moldando-os à visão e à experiência de exploração do homem de fora, estrangeiros no passado, brasileiros e estrangeiros no presente. Mas é, também, a

história da resistência de sua gente às diversas formas de dominação (LOUREIRO, 2009, p. 31).

A Amazônia tendo grande extensão territorial corresponde a 54% do território brasileiro (HOHN, 2014), provida de grande e diversificada riqueza de recursos naturais, que fazem dela, na visão de quem pretende dominá-la, como um grande potencial a ser explorado:

A Amazônia, o Brasil, [...] são as mais antigas periferias do sistema mundial capitalista. Seu povoamento e desenvolvimento foram fundados de acordo com o paradigma de relação *sociedade-natureza*, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos. (BECKER, 2005, p.72).

Para BECKER, (2005) historicamente a exploração mais intensiva desse bioma decorreu a partir do século XIX e foi marcada por diferentes momentos, todos bem definidos na divisão territorial do trabalho.

O primeiro momento foi no período colonial, quando os europeus atingiram o rio Amazonas, encontraram uma floresta habitada por povos indígenas diversos culturalmente, que sustentavam populações numerosas, baseadas nas atividades de coleta de produtos naturais e agricultura. Durante a conquista e a colonização portuguesa desse território, os colonizadores se tornaram fornecedores de matéria-prima para outras regiões do Brasil e, sobretudo, para outras partes do mundo, denominadas drogas do sertão, (pimenta do reino, dentre outros) e as populações indígenas foram drasticamente reduzidas, sobretudo por causa das doenças européias.

Já no segundo momento, no final do século XIX, a Amazônia estava composta principalmente por indivíduos miscigenados (índios, brancos e negros), os quais deixaram de concentrar seus esforços na coleta de produtos naturais e na agricultura para viver em função do grande ciclo econômico da borracha. Esse ciclo enriqueceu os barões de Belém e Manaus e promoveu o desenvolvimento arquitetônico e cultural dessas duas principais cidades amazônicas.

Nos séculos XX, que se estende até início do século XXI, com o declínio da extração da borracha, houve o extrativismo vegetal de diversos outros produtos como a castanha-do-pará, madeira, o ouro oriundo de garimpos, a pecuária extensiva, a mineração e a energia, sendo essa última já vinculada com os mercados financeiros internacionais, com o protagonismo das multinacionais.

Neste cenário, houve a expropriação de terras indígenas e a monopolização dos recursos, minerais pelo sistema capitalista, conseqüentemente, originou em intensos conflitos na disputa e posse pela terra com aqueles que já habitavam a região. Dentre as inúmeras riquezas, destaca-se, o potencial hídrico, pois segundo Paz (2006), a região é palco de conflitos e interesses territoriais devido à importância de seus recursos naturais e, sobretudo, a potência hidrológica dessa bacia hidrográfica para matriz energética. Segundo a autora, a busca pelo controle dos recursos naturais e fontes de energia esteve presente direta e indiretamente nos grandes conflitos que fizeram a história dos séculos XX e XXI na região Amazônica.

2.2 O processo de colonização da Amazônia Mato-grossense e os desdobramentos do Capital

Buscando apreender o caráter multifacetado da produção do espaço amazônico, portanto, em suas escalas, cabe destacar que a exploração dos recursos naturais da Amazônia Matogrossense se faz presente desde o início do processo de ocupação do estado a partir do século XVIII. O sistema econômico nesse período estava pautado em uma economia inserida no contexto da economia colonial, que aparece altamente especializada e de acordo com os interesses da política econômica do mercantilismo. A economia nesse período estava centrada no extrativismo vegetal, com destaque para a extração da borracha e drogas do sertão como a Poaia⁴ por exemplo. (BARBOSA, 1988).

⁴ Planta encontrada em todo território nacional principalmente na Amazônia legal. A sua maior exploração extrativista aconteceu durante as décadas de 1960 e 1970. Tendo o estado de Mato Grosso como maior produtor. A planta é uma espécie medicinal brasileira que tem em suas raízes dois princípios ativos importantes para a indústria farmacêutica.

No entanto, a territorialização do capital se dá com maior intensidade a partir das políticas de modernização do território, inauguradas por meio das políticas públicas dos governos militares pós-64, como o Programa de Integração Nacional (PIN) sancionado por meio do decreto lei nº 1106 de 1970. Esse programa segundo Barbosa visava:

Integrar os grandes espaços vagos da Amazônia Legal e das regiões ainda pouco povoadas à economia nacional. Deveria criar condições para que certa região, através da colonização estatal, absorvesse excedentes populacionais do Nordeste e do Sul para que aumentasse a produção agrícola de áreas pouco exploradas. (BARBOSA, 1988, p. 05).

Por meio desse programa, houve na verdade uma territorialização do capital especulativo de terras, concedido pelo governo a empresas estatais e principalmente privadas de colonização, e com isso houve também uma modernização da agricultura por meio da implantação do agronegócio, que contribuiu para a exclusão de famílias camponesas ao acesso a terra, que era o objetivo principal desse programa.

Segundo Barbosa (1988, p.06), “a proposta inicial deste programa era assentar 100 mil pessoas, no entanto, com a sua extinção em 1973, apenas 7.137 trabalhadores tiveram acesso a terra”. Isso significa que esse programa com duração de apenas 3 anos serviu de estratégia política para drenagem de verbas e, dessa forma, deixou as famílias assentadas desamparadas, sem nenhuma infraestrutura passível de conflito com os grileiros e com as populações originárias desse território.

Nesse mesmo direcionamento de aplicação das políticas públicas de ordenamento territorial, criou-se, em 1971, por meio do decreto-lei nº 1.192, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRODOESTE, que tinha como ponto central, a destinação de recursos para os estados da região Centro-Oeste. Esse processo foi fundamental para o “acolhimento” da lógica capitalista, uma vez que, a posição geográfica de Mato Grosso permite gozar tanto de políticas de aplicação de investimentos em áreas da Amazônia Legal, como as destinadas para os estados em áreas de Cerrado, com o objetivo de:

Integrar esta região àquelas consideradas desenvolvidas, criando infraestrutura para o crescimento da agropecuária regional. Este

projeto se viabilizou através de apoio creditício à iniciativa privada para a industrialização da carne e construção de uma rede rodoviária básica, conjugada a estradas vicinais e obras de saneamento. Os incentivos concedidos por este programa provocaram a mobilização de empresários que ao introduzirem novas tecnologias provocaram alterações na estrutura agrária regional. (BARBOSA, 1988, p.05).

Em meados de 1970 o estado de Mato Grosso também passa a ser beneficiado pelo Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais – POLOAMAZÔNIA de forma a promover a ocupação e desenvolvimento econômico de 15 áreas da Amazônia Legal. Esse programa visou apoiar o desenvolvimento de grandes projetos de iniciativa privada nos setores de pavimentação, eletrificação, colonização e pesquisa. Foram concedidos incentivos, como a isenção de impostos de exportação e importação, de circulação de mercadorias, além da venda de terrenos a preços simbólicos para a instalação de fábricas. A esse respeito Picoli (2006) enfatiza que:

Este programa tornou-se um instrumento eficaz para a “acumulação capitalista”, pois através de recursos e favores por ele concedidos, grandes empresas nacionais e estrangeiras tiveram livre acesso ao campo, de forma a cumprir a meta de “produzir para exportar”. (PICOLI, 2006, p.38).

Neste mesmo período, o território mato-grossense também sente os efeitos da implantação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, pois apesar de ter sido criada em 1966, somente a partir da década 1970 ela começa a desenvolver efetivamente as suas atividades. Esta Superintendência tinha a finalidade de “promover o desenvolvimento da região amazônica, criando incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e internacionais [...]”. (PICOLI, 2006, p.39). É esse órgão que aprova a maior parte dos projetos agropecuários, agroindustriais e de colonização que se concentrou, sobretudo, no norte de Mato Grosso. A SUDAM, assim como o Banco da Amazônia S/A – BASA, que a subsidiava, ampliou os seus benefícios, igualmente às empresas estrangeiras, deixando as populações camponesas sem acesso à terra. Picoli (2006) acrescenta que “antes de privilegiar a colonização ou o assentamento do pequeno produtor a terra, destinou a maior parte dos seus recursos à

pecuária, que concorre para a concentração da terra, expropriação do campesinato e a geração de um reduzido número de empregos no campo” (PICOLI, 2006, p.42).

Na atualidade, a Amazônia mato-grossense está moldada na estrutura fundiária desigual, ou seja, dotada, sobretudo pela concentração fundiária. Esse processo foi sendo definido, ao longo dos anos, a partir das medidas adotadas pelos sucessivos governos, que eram apoiados pelas oligarquias latifundiárias, negando, dessa forma, o acesso do camponês à terra, o que em última instância aponta para o histórico de violência no campo.

A atuação/mediação do Estado com os programas de governo na exploração e ocupação territorial, sempre esteve presente, antes da ditadura, durante a ditadura militar, até o momento atual, promovendo a valorização da terra, a acumulação do capital, bem como, a exploração da renda fundiária. Essa atuação reveste-se como soluções frente a uma política econômica assentada na pressão do latifúndio, baseada na cultura de exportação (soja, milho e algodão) e nas novas relações de trabalho no campo.

Nesse sentido, a fronteira Mato-Grossense, hoje, se coloca como uma fronteira para o capital, isto é, não mais como um espaço vazio capaz de absorver o camponês sem-terra, pois há muito já foi apropriada pelos capitalistas, grileiros e latifundiários que ao adquirirem grandes extensões de terras, muitas vezes as destinam apenas como reserva de valor. E quando nela produzem, a produção se volta somente à exportação e não à produção de alimentos necessários à maior parte da população que passa fome. Até mesmo os projetos de colonização se configuram como um instrumento eficaz para a acumulação capitalista na fronteira. A estratégia das empresas consiste em utilizar a força de trabalho do camponês expropriado em transferir ao estado, na medida em que induz a criação de núcleos urbanos, o ônus da montagem de infraestrutura básica, necessária ao seu processo produtivo. (PICOLI, 2005, p. 90).

Os diferentes grupos sociais subalternizados que vivem neste espaço, a possibilidade de realização do sonho, mesmo que de forma inicial, pelo acesso que tiveram a uma pequena parcela de terra, estão sendo expropriado e superexplorados pelos empresários e latifundiários locais.

Para Passos (1999, p.145), “o processo de colonização dirigida, tanto pelos poderes públicos como pela iniciativa privada, se dá à custa da

marginalização dos pequenos proprietários e, sobretudo, dos trabalhadores sem terra”. Santos (1993), afirma também que:

Um complexo sistema de colonização foi proposto da seguinte maneira: as áreas de colonização; os órgãos responsáveis, oficiais ou particulares, no último caso empresas ou cooperativas; o financiamento das operações de venda dos lotes pelo crédito rural; a organização de espaços em núcleos de colonização, formados por lotes rurais e urbanos; enfim os mecanismos de seleção e de preferência dos colonos parceiros. (SANTOS,1993, p. 48).

As empresas privadas de colonização, como forma de ocupação da imensa área adquirida do estado, incentivaram a vinda de pequenos agricultores, sem terras do Sul e do Nordeste Brasileiro, sobretudo trabalhadores que estavam em áreas de conflitos agrários. Embora parecesse uma interessante estratégia dos governos militares, por meio das políticas territoriais apresentadas, após o estabelecimento destes camponeses na terra e depois do período da derrubada da floresta para a formação dos lotes, na condição de posseiros, eram expulsos pelos grileiros com os mais diferentes mecanismos de falsificação de documentos de terras devolutas (MORENO 2007).

Cabe ressaltar, que mesmo àqueles camponeses que obtiveram relativo sucesso na obtenção e permanência da terra, enfrentaram diferentes limitações em função da falta de assistência técnica, bem como um agroecossistema diferente daquele de origem, o que demandava a adaptação no manejo da terra.

Nesse processo, muitos destes camponeses voltaram para os seus lugares de origem, ao passo que parte dessa população contribuiu para a fundação de pequenos municípios do norte do estado, assim como componente das cidades médias da região. (PICOLI, 2005).

A ocupação desse espaço se deu de forma a provocar muitos conflitos agrários, entre camponeses e grandes latifundiários. Esses conflitos foram provocados inicialmente pelas políticas desenvolvimentistas planejadas e instrumentalizadas pelo Estado, a partir das vendas de terras com baixos preços aos emigrantes, principalmente oriundos do sul, para exercer a atividade da pecuária e produção de grãos.

Ao serem expulsos do campo, muitos veem nas periferias das maiores cidades mato-grossenses, a exemplo de Sinop, Sorriso, ou Lucas do Rio Verde, locais de reprodução social. No entanto, em muitos casos, isso acontece precariamente, em função do inchaço populacional, fruto da emigração das populações do campo e de outras regiões do país, mais especificamente de nordestinos que vem para trabalhar nas lavouras do agronegócio, que contribui na produção do espaço urbano dessas cidades.

Nessa condição apontada, ressalta-se, por exemplo, o município de Lucas do Rio Verde que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1996), neste ano contava com uma população de 12.505 habitantes, e no ano de 2016 apontava para um total de 59.436 habitantes (IBGE, 2016), ou seja, em vinte anos observa-se um aumento de aproximadamente 475%.

Como processo impulsionador da mudança no perfil populacional do município, poder-se mencionar a ampla venda de terra a empresários sulistas, a preços baixos, tornando o município, em poucos anos, um dos maiores produtores de soja e milho do Brasil. De acordo com o IBGE, Lucas do Rio Verde está entre os principais centros agrícolas do País. Os números fazem parte da Produção Agrícola Municipal de 2018, que aponta o índice de produtividade dos 100 municípios com maior relevância em todo o Brasil. No ano de 2018, Lucas do Rio Verde apresentava uma área de soja plantada de 24 mil hectares e uma produção de 712.500 toneladas. Essa grande produção fez com que o município se destacasse entre os maiores produtores de soja do Brasil.

Outro fenômeno que ocorreu em Lucas do Rio Verde que impulsionou mais ainda o inchaço urbano foi a instalação de uma das unidades de uma agroindústria do grupo *Brasil Food* que é uma fusão das empresas Perdigão S.A e Sadia, no qual atraiu grande contingente populacional, e utilizou, de forma precarizada, mão de obra de toda a região para trabalhar nessa empresa, esvaziando as pequenas cidades da região.

Sinop, como maior município do norte do estado, em população, foi planejada, pelo Estado e pelas empresas privadas de colonização, para ser a cidade polo da região, logo o objetivo de sua criação foi atender a expansão da

fronteira agrícola que estava se desenvolvendo no começo dos anos 1980. Nesse sentido, segundo dados do IBGE (1996), o município possuía 53.959 habitantes, saltando, em 2016, para 132.934, um crescimento de mais de 100%. Segundo estimativa do IBGE, em 2019 a população de Sinop já chega a próximo de 150 mil habitantes.

O desenvolvimento econômico de Sinop foi impulsionado pelas empresas madeireiras que cumprem com a primeira fase da investida capitalista, com o aproveitamento econômico das árvores derrubadas. A segunda etapa, já com a floresta suprimida, como mecanismo de justificar o primeiro, torna-se possível a entrada da pecuária e, no mesmo instante, as monoculturas extensivas que vão servir ao mercado mundial, inserindo o município e região em outra trama da escala geográfica.

Atualmente Sinop tem uma oferta ampla de empregos resultante da dinâmica de sua economia que a transformou em um centro da economia regional, com o setor do comércio estruturado, com prestação de serviços diversos, assim como um importante polo universitário que oferece grande variedade de cursos, atraindo estudantes da região e de outros estados.

Para que Sinop e Lucas do Rio Verde atraiam mais investimento, e que essas novas demandas reforcem a tendência de aumentar, houve a necessidade de investir em infraestrutura, inclusive a produção de energia elétrica para alimentar as indústrias que estão se instalando nesses municípios.

Cabe destacar que, diante dos números apresentados dos índices populacionais, e da produção do agronegócio desses municípios, os mesmos se constituem como importantes polos de recepção de migrantes seja na condição permanente e/ou ainda na condição de sazonalidade em função do trabalho na lavoura do agronegócio. Como também a função de atrair investimentos em infraestrutura como pavimentação de rodovias federais e estaduais, construções de grandes armazéns para armazenar os grãos, dentro outros.

2.3 O potencial da Amazônia para os investimentos do setor elétrico Brasileiro e as disputas territoriais

A Amazônia, ao longo do seu processo de colonização, passou por várias investidas do capital em diferentes ciclos econômicos, desde o extrativismo da borracha, a especulação e mercantilização da terra, que por sua vez contribuiu pelo longo período do ciclo da madeira, e atualmente pelo período da pecuária e do agronegócio. (SOUZA, 2017).

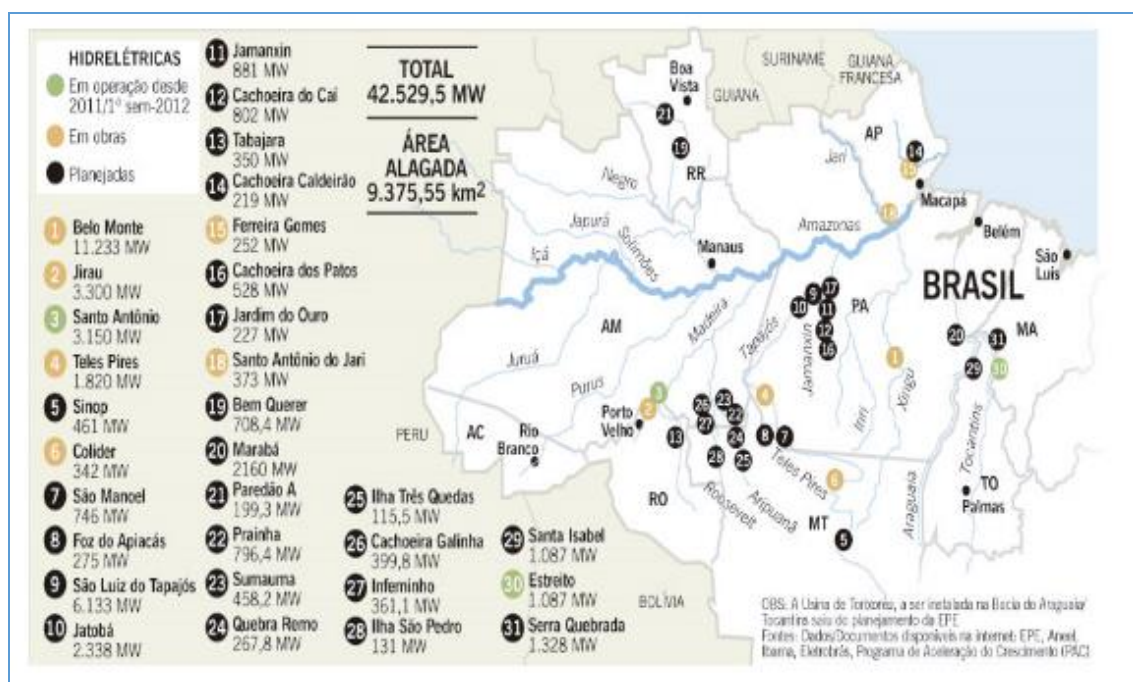
Como continuidade da exploração de seus recursos naturais, a Amazônia está passando por um novo processo de investida do capital, a mercantilização da água (hidronegócio), para a obtenção de energia hidrelétrica, sob o domínio da exploração mais refinada de grandes grupos econômicos, na maioria multinacionais. Trocate (2014) alerta que:

[...] empresas instalam-se no Brasil e nos demais países da América Latina em busca, principalmente, de matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas com fins de exportação (diga-se saqueio) para acumulação privada no contexto internacional. Ou seja, o papel atribuído pelo capital internacional na re-divisão internacional da produção e do trabalho para América Latina é de meros exportadores de matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas. (TROCATE, 2014, p. 33).

A Amazônia Legal concentra quase metade de toda água doce potável do país (LEITÃO, 2011). Dado que demonstra a riqueza em recursos naturais que podemos encontrar nessa área, pelas suas características geomorfológicas, pelos seus rios que são de planícies, nas quais vivem em suas barrancas povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e camponeses, configurando como territórios socioculturais economicamente complexos e sensíveis.

A partir da década de 1980, com a privatização do setor elétrico brasileiro e um aumento dos investimentos, principalmente por parte de empresas multinacionais, vários projetos de hidrelétricas planejados para a Amazônia foram postos em prática. Isso acontece porque já estavam esgotadas a exploração dos recursos hídricos na bacia do rio Paraná na região sul e sudeste do país (Figura 1).

Figura 2 - Infográfico das usinas hidrelétricas em operação, em obras e planejadas na Amazônia brasileira.



Fonte: EPE, 2018⁵

A EPE é um órgão do Governo, ligado ao Ministério de Minas e Energia (MME), criado em 2004⁶ para gerir e planejar um novo modelo institucional do Setor Elétrico e tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, dentre outros. (MME, 2014).

Esta instituição também é responsável por realizar os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) das obras, além de Estudo de Impacto Ambiental (EIA). A EPE, também é responsável por elaborar planejamento e estudos referentes à questões energéticas e organizou o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), procurando estimar todas as questões relacionadas à energia num horizonte de 10 anos. (MME, 2014).

No Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE) 2014-2023 estão previstos investimentos globais em torno de “1,3 trilhão de reais, dos quais

⁵ Disponível em: <http://www.epe.gov.br/Infográficos>. Acesso em 22 de jun. 2018.

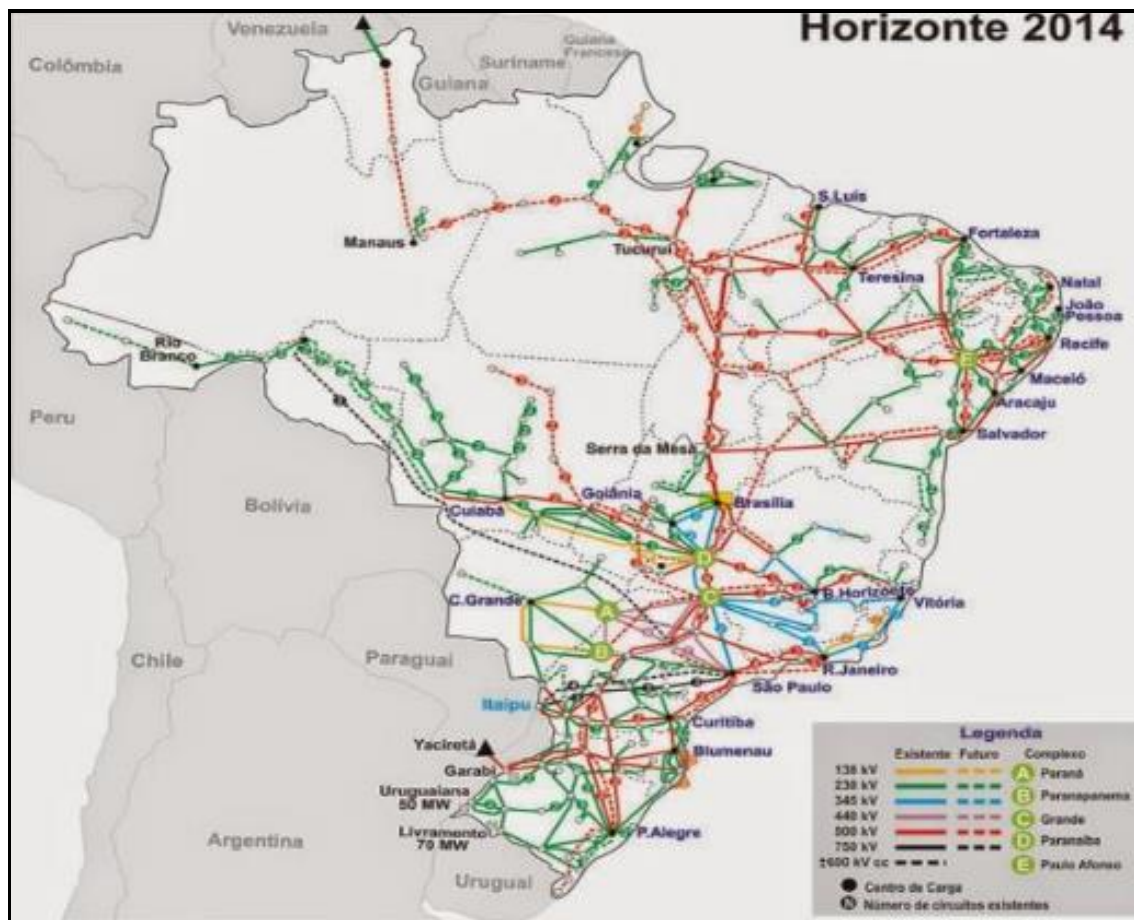
⁶ Em 2020 a conjuntura econômica passa por um período de recessão, portanto a demanda por energia é menor, e o setor energético passa pelo processo de estagnação, portanto, não se sabe ao certo qual será o futuro da EPE.

23,8% é destinado à oferta de energia elétrica oriunda da hidroeletricidade, ampliando a capacidade instalada de geração de energia de 124,8 para 195,9 GW”. (MME, 2014, p.34). A área da bacia amazônica vai receber grande parte desse investimento por concentrar o maior potencial de expansão na geração de energia, passando de “12% no ano de 2013 para 23% no ano de 2023, um aumento de 31 GW de expansão. (MME, 2014, p.34). Segundo dados do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da Usina Hidrelétrica de Sinop (RIMA/UHE SINOP, 2010):

Toda a energia produzida no país está integrada no Sistema Interligado Nacional (SIN), o qual tem a função de distribuir a energia para regiões onde há maior demanda, como as regiões sul e sudeste do Brasil lugar em que estão instaladas as principais atividades industriais. (RIMA/UHE SINOP, 2010, p.37).

Esse sistema interliga todas as redes de distribuição de energia do país, onde a baixa produção de energia é causada pelos meses de estiagem que reduz o nível de água nos reservatórios. Esse sistema transfere energia de regiões onde estão com maior produção de energia proporcionada pelos longos períodos de precipitações, como o Norte do país, na qual se encontra períodos mais longos de chuvas. (SOUZA, 2017). A figura 3 mostra um mapa ilustrativo, de como funciona o Sistema Interligado Nacional (SIN).

Figura 3 - Mapa ilustrativo do Sistema Interligado Nacional – SIN no ano de 2015.



Fonte: ELEKTRA ENERGIO (2014)

Como maior financiador do setor temos o Estado brasileiro através do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Para Gonçalves (2007) o Estado brasileiro realiza o financiamento das obras sem realizar as devidas fiscalizações a respeito dos direitos das populações atingidas e os cuidados com o meio ambiente. “Ao firmar um contrato de apoio, havendo impacto ambiental, o Banco apresenta medidas que possam minimizar e mitigar os impactos, porém esses se mostram insuficientes nesse processo conflituoso”. (GONÇALVES, 2007, p.348). Logo, verifica-se o Estado brasileiro concedendo, por períodos de até 30 anos, bens públicos como os rios a empresas privadas, sem nenhuma responsabilidade com as populações locais.

Só lembrando que no Brasil não existe uma política nacional que trata sobre os impactos desses empreendimentos sofridos pelas populações atingidas pelo meio ambiente, enquanto isso, as populações e comunidades

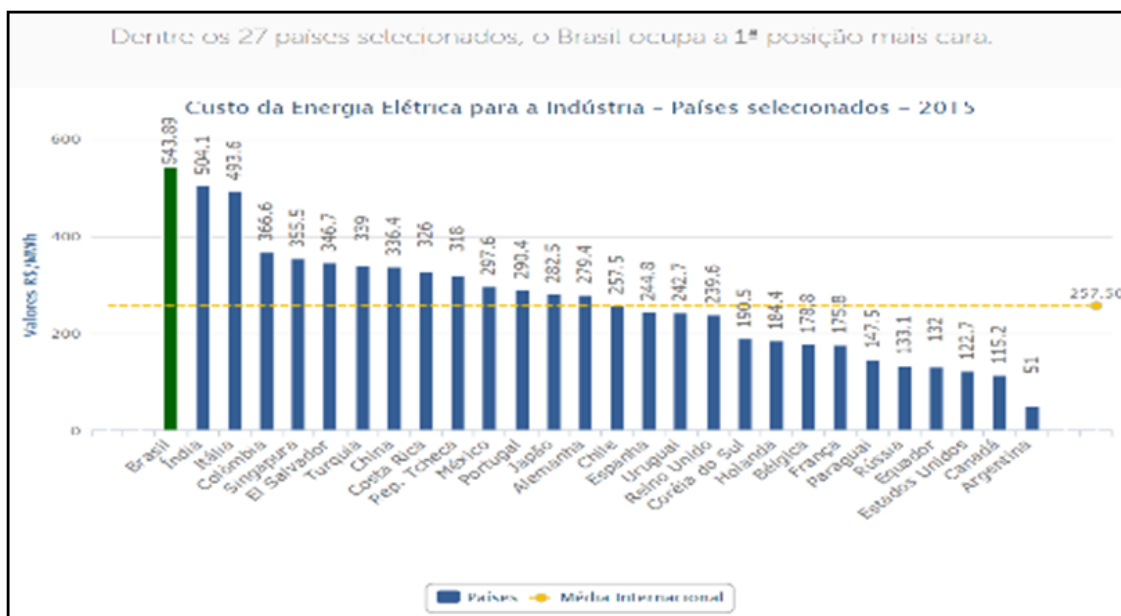
locais, ribeirinhas, indígenas, camponesas, dentre outras, ficam à mercê dos interesses das empresas privadas que dominam o setor. A conquista de indenizações e/ou compensações das populações fica determinada pela sua capacidade de organização frente aos empreendimentos, portanto, só se concretiza pela mediação por meio do conflito e não pelo cumprimento da legislação por parte do Estado. (MAB, 2013).

A partir da lógica capitalista, os recursos hídricos da região amazônica ainda são poucos explorados e por isso defendem que a construção de várias usinas hidrelétricas no mesmo rio aproveitando a mesma água tem várias vantagens econômicas para os grupos empresariais do setor elétrico. Ao financiar uma obra pública ou privada o Estado está transferido recursos da sociedade para o privado.

Segundo Gonçalves (2015), a Amazônia tem matéria prima em abundância (água), com a maioria dos seus rios e nascentes no planalto central brasileiro – com desnível do sul para o norte (rios Teles Pires, Juruena, Xingu, Araguaia, Tocantins e Tapajós e outros), assim como nas Cordilheiras dos Andes, de oeste para leste (rio Madeira, rio Solimões, que em território peruano tem outros nomes) – que nascem em regiões altas e escorre, para a planície amazônica. O desnível acentuado, provocado pela geomorfologia fluvial dos rios da Amazônia, possibilita que as águas passam com maior velocidade nas turbinas e produza mais energia a um baixo custo de produção.⁷ Ainda segundo Gonçalves (2015), a energia hidrelétrica é a que tem mais baixo custo de produção, quando comparada com outros modelos. Por outro lado, é vendida a um alto preço no mercado, porque ela é negociada na bolsa de valores no mesmo valor das outras fontes de energia (nuclear, termoelétrica etc.). Por isso a energia brasileira é uma das mais caras do mundo, conforme gráfico 1.

⁷ GONÇALVES; Dorival Junior, “Os impactos das UHE’s na bacia do rio Teles Pires” (Palestra), Auditório da UNEMAT Campus de Alta Floresta/MT: Alta Floresta-MT, 04 nov. de 2015.

Gráfico 1 - 27 países com energia mais cara no ano de 2015 – destaque para a posição do Brasil.



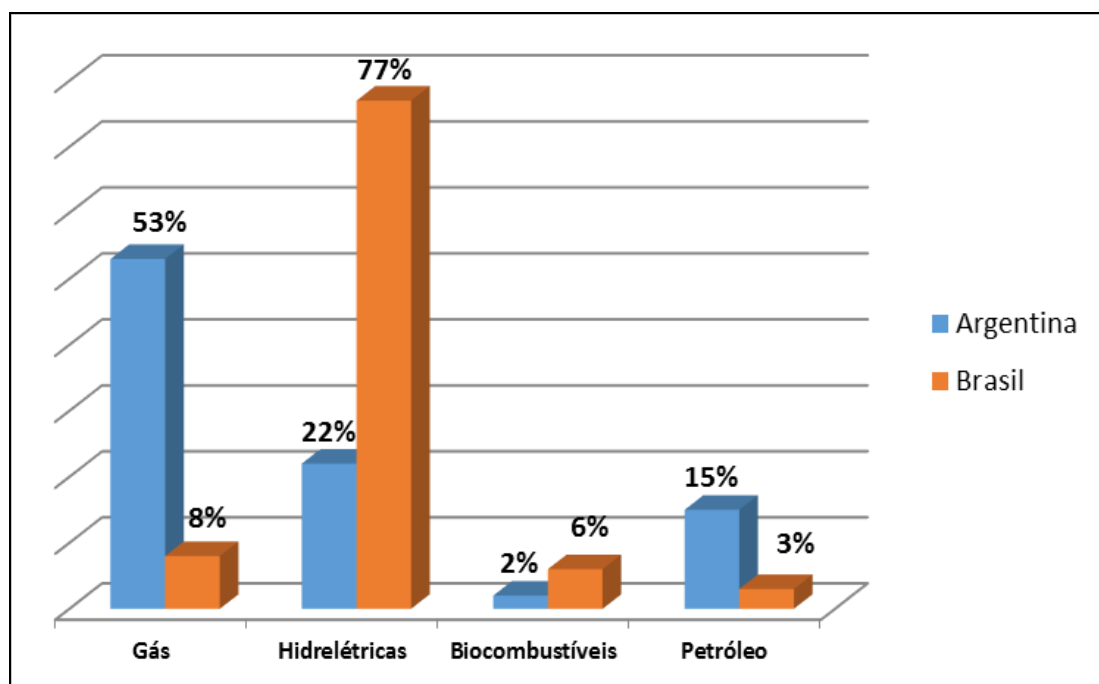
Fonte: FIRJAN (2018⁸).

Pelos dados do gráfico 1 a Argentina tem o preço menor entre os 27 países. Pode-se perceber, conforme gráfico 2, que embora grande parte da matriz elétrica da Argentina, seja oriunda de usinas termelétricas onde se tem um maior custo de produção por usar o gás importado da Bolívia, o preço final da energia elétrica para os consumidores se apresenta dez vezes menor que no Brasil, ou seja, com o valor de R\$ 51,00 o Mwh, enquanto no Brasil é de R\$543,89. Ressalta-se ainda que a produção hidrelétrica na Argentina representa apenas 22% dentre as matrizes⁹. Ao comparar a produção da energia elétrica no Brasil com outros países latino-americanos, ficam evidenciadas as contradições que permeiam o setor e o seu fortalecimento ao longo das diferentes políticas vinculadas à territorialização do capital.

⁸ Disponível em: <<http://www.quantocustaenergia.com.br>>. Acesso em 02 mai. 2018.

⁹ GONÇALVES; Dorival Junior, “Os impactos das UHE’s na bacia do rio Teles Pires” (Palestra), Auditório da UNEMAT Campus de Alta Floresta/MT: Alta Floresta-MT, 04 nov. de 2015.

Gráfico 2 - Produção energética da Argentina e Brasil- 2012



Fonte: Agencia Internacional de Energia (2016)¹⁰. Adaptado por SOUZA (2017).

Do mesmo modo, países com subutilização dos recursos hídricos para a produção hidrelétrica, como a Rússia, possuem um preço final para o consumidor de R\$ 133,1, ou seja, valor que corresponde a 24,5% do que se paga no Brasil (FIRJAN, 2018).

Frente a esses dados, nos quais a maximização do lucro se coloca como ponto central da expansão do setor elétrico no país, Souza (2017) evidencia algumas questões basilares, a saber:

- a) Grande parte dos consórcios, em suma, encabeçados por multinacionais, usufrui de vultosos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), de modo que o Estado se transfigura em importante mediador do capital.
- b) Historicamente a construção dos grandes projetos no Brasil, têm se constituído de forma obscura, uma vez que não há clareza nos critérios dos processos de regulação ambiental por parte das autarquias que regulamentam e regem sobre a temática ambiental. (SOUZA, 2017, p.26).

Ou seja, ao financiar uma obra pública ou privada o Estado está transferido recursos da sociedade para o privado. Entre o choque de concepções entre Estado, população local e hidronegociantes (empresas

¹⁰ Disponível em: < <http://www.iea.org/statistics/statisticssearch/report/=ARGENTINA&product>. Acesso em Jun. 2016.

privadas do setor elétrico), não há um ponto fixo sobre o conceito atingido, pois este pode variar em função dos interesses envolvidos, resultando numa gama de conflitualidades, as quais ficam mais evidentes com o não reconhecimento dos direitos territoriais de determinadas populações, assim como o não pagamento de indenizações. Por fim, pensar o conceito de atingido traz, não só no plano intelectual, mas também no político, a discussão para o território que se revela como arena. Como está acontecendo com as construções de projetos hidrelétricos na bacia do rio Teles Pires.

2.4 A Bacia do rio Teles Pires e os seus projetos hidrelétricos

O estado de Mato Grosso tem uma extensa rede hidrográfica composta por três bacias Hidrográficas: a Bacia Amazônica, a Bacia Platina ou do Prata e a Bacia do Tocantins. Essas características despertaram, por parte do Estado Nacional, elementos significativos para incorporá-la ao circuito nacional de geração de energia elétrica. Portanto, registra-se atualmente, além das que existem, mais 10 usinas hidrelétricas em construção e outras 16 outorgas assinadas (BRASIL, 2014).

A partir desse contexto, a bacia do rio Teles Pires, no norte de Mato Grosso, conta com uma área de drenagem de 141.172km² e uma extensão de aproximadamente 1.482 km, (BRASIL, ANEEL, 2014). Se destaca como uma importante bacia hidrográfica a ser explorada. O rio Teles Pires é um dos mais importantes rios do estado do Mato Grosso em extensão e volume d'água. Tem sua nascente localizada em áreas do Planalto Central, Chapada dos Parecis e Planalto dos Guimarães, no município de Paranatinga-MT, em altitudes que não ultrapassam 800m. Ao se encontrar com o rio Juruena, formam o rio Tapajós no estado do Pará. Tem uma população residente neste território que compreende uma porção da região norte Mato-grossense de aproximadamente 310.000 mil habitantes segundo o censo do IBGE de 2008. Isso significa que:

Essa extensão significativa da bacia lhe empresta características continentais, tanto na existência de recursos naturais como clima, litoestruturas, hidrografia solo e formações vegetais, quanto na importância Socioeconômica do estado. Tem uma abrangência de 33 municípios no estado de Mato Grosso e 2 no Pará, a bacia contempla

dois grandes biomas, amazônico e Cerrado, além do contato Floresta Cerrado e uma significativa riqueza mineral e hídrica. (FONSECA, 2006, p.25).

A bacia do rio Teles Pires reflete o processo de ocupação do norte do estado, por meio de projetos de colonização, que se deram decorrente de uma aguda exploração dos recursos minerais, desmatamento e atividades agropecuárias.

Na região que compreende a extensão da rodovia BR 163, que liga Cuiabá/MT a Santarém/PA e que margeia um longo trecho do rio Teles Pires, configura-se um corredor para o desmatamento da floresta e abertura de lavouras para a soja, em função da histórica expansão da fronteira agrícola. O projeto pensado para a região, desde o início do processo de colonização, “buscou incorporar a região de maneira intensa à economia nacional, tendo a produção de grãos como destaque neste contexto geoeconômico”. (PICHININ; SOUZA, 2006, p. 2).

No processo de ocupação da bacia do Teles Pires houve predominância dos projetos de colonização privados, no qual três se destacam-se como grandes empresas de colonização: Sociedade Imobiliária Norte do Paraná (SINOP); que foi responsável pela colonização da cidade de mesmo nome, Colonizadora Integração e Desenvolvimento Regional, que se apresentava como Colonizadora Líder, que deu o nome à cidade de Colíder, e Integração, Desenvolvimento e Colonização (INDECO). Neste contexto precisamos entender colonização como sendo:

Toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade de terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela previstas. (SANTOS, 1993, p.48).

A área de abrangência do Rio Teles Pires, em função da histórica marcha de expansão da fronteira agrícola, corrobora naquilo que Soares (2016) vem classificando como Arco dos *agrohídronegócios*¹¹ em Mato Grosso.

¹¹ Termo usado pelo Professor Ivan de Sousa Soares, para designar que a nova expansão do

No final da década de 1980 foi realizado o inventário da bacia do rio Teles Pires, com a finalidade de levantar informações do potencial hidrelétrico da região, de modo a explorar as possibilidades de construções de empreendimentos hidrelétricos nessa bacia hidrográfica. Por meio desses estudos, foi constatado um potencial elétrico de 3.967 MW, que pode ser distribuído em cinco usinas hidrelétricas, a saber: UHE Sinop, UHE Colíder, UHE Teles Pires, UHE São Manoel e UHE Foz do Apiacás (BRASIL, 2009), conhecido como Complexo Hidrelétrico do Teles Pires. Porém, esses projetos não foram concretizados naquele período, em função da própria crise da economia brasileira, assim como o processo de redemocratização do país e, principalmente porque a bacia do rio Paraná ainda tinha muito potencial a ser explorado.

A abertura para a exploração do potencial hidrelétrico na bacia do rio Teles Pires se deu somente a partir de 2005, por meio do consórcio formado pelas estatais Eletrobrás, Furnas e Eletronorte, as quais mantiveram no plano a construção de 4 UHE's no rio Teles Pires e uma na foz do rio Apiacás (Quadro 1).

Quadro 1 - Usinas Hidrelétricas na Bacia Hidrográfica do Rio Teles

UHE	Rio	Potência Instalada (MW)	Área do Reservatório (km ²)	Municípios Atingidos	UF
Foz do Apiacás	Apiacás	275	59,5	Apiacás, Nova Monte Verde, Paranaíta	MT
São Manuel	Teles Pires	746	64	Jacareacanga e Paranaíta	PA MT
Teles Pires	Teles Pires	1.820	123,4	Jacareacanga e Paranaíta	PA MT
Colíder	Teles Pires	300	123,3	Colíder, Itaúba, Nova Canaã do Norte	MT
Sinop	Teles Pires	461	329,6	Sorriso, Sinop, Claudia, Itaúba, Ipiranga do Norte	MT

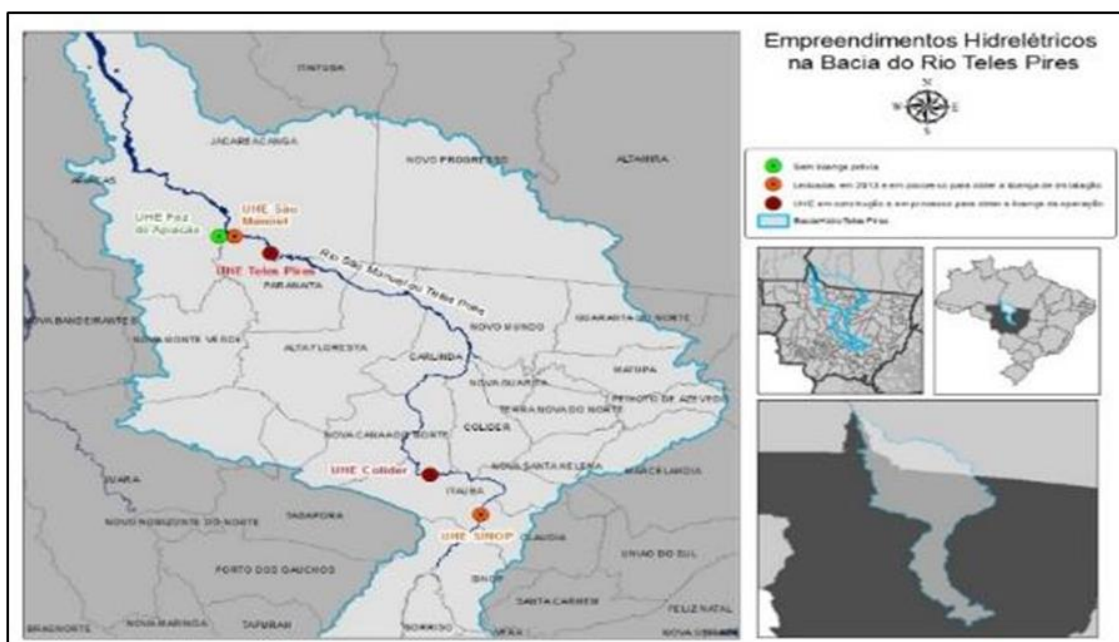
agronegócio acompanha também a expansão do hidronegócio formando um arco, pois o rio Teles Pires em certo trecho do seu percurso curva-se mais para direção oeste semelhando-se a forma de um arco.

Total	-	3.644	688,8	-
-------	---	-------	-------	---

Fonte: Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Teles Pires (ELETROBRAS, 2005).
Adaptado por SOUZA, R. B. (2019).

O Complexo Hidrelétrico do rio Tele Pires tem uma capacidade de geração de 3.600 MW, segundo os relatórios da AAI. Sendo que, para aproveitar todo o potencial do rio, teriam que ser construídas 5 usinas em cascata. Esta configuração em cascata serve para regular a vazão do rio e, ao acumular água em seus reservatórios, garante uma geração constante de energia. As UHE's do complexo estão distribuídas na Bacia Hidrográfica, conforme figura 4, extraído do AAI da bacia do rio Teles Pires (2009).

Figura 4 - Empreendimentos hidrelétricos construídos e em construção na bacia do Rio Teles Pires.



Fonte: Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Rio Teles Pires – AAI (2009).

O interesse pelos recursos hídricos na bacia do rio Teles Pires começou de fato no início de 2000 quando os projetos de construção de barragens na região para obtenção de energia elétrica se tornaram realidade. Antes não havia previsões de investimento em infraestrutura em nosso país e nenhuma expectativa de investimento para esse setor nessa bacia. Segundo Gonçalves Junior (2015): [...] a hidrelétrica a ser construída na bacia do Teles Pires teria

que levar em conta um estudo, dos cinco empreendimentos juntos, mas ocorre que esses estudos de impactos foram realizados de forma fragmentada. Porque os impactos de curto e longo prazo não se restringem apenas ao recorte local do empreendimento (GONÇALVES JUNIOR, 2015)¹². Essa manobra segundo o professor Gonçalves Junior (2015) é usada para esconder falha nos estudos ambientais. Ele ainda relata que a EPE não tem quadros para fazer esse estudo, ela acaba contratando [terceirizando] empresa de consultorias, em geral essas empresas estão ligadas a grupos de empresas do setor energético que vão construir as barragens.

Essas obras estão causando impactos em toda a bacia do rio Teles Pires. Exemplo disso é a eutrofização do lago da UHE Teles Pires em Paranaíta, em função da não supressão total das árvores que foi alagada, causando uma grande mortandade de peixes e contaminação da água afetando as etnias indígenas do entorno que usava a água como o seu meio de vida.

Ou seja, é um ciclo viciante. Constrói-se a barragem sem estudo amplo e aprofundado da bacia hidrográfica onde esses empreendimentos estão sendo construídos, resultando em um impacto muito grande para a flora e a fauna e para as populações ribeirinhas. Devem ser considerados também, segundo o autor, os efeitos a “jusante” (rio abaixo, para onde se dirige a corrente) e montante (rio acima em direção a nascente do rio) da barragem, que se fazem sentir normalmente apenas após o enchimento do reservatório.

Portanto, o que se percebe aparentemente com o esgotamento dos recursos hídricos da bacia do Paraná, o desenvolvimento de uma nova fronteira para o hidronegócio, para as bacias amazônicas, e com isso deslocando a produção para áreas distantes, que irá encarecer o custo da geração e distribuição e também, o custo ambiental e social desses empreendimentos construídos nessa bacia.

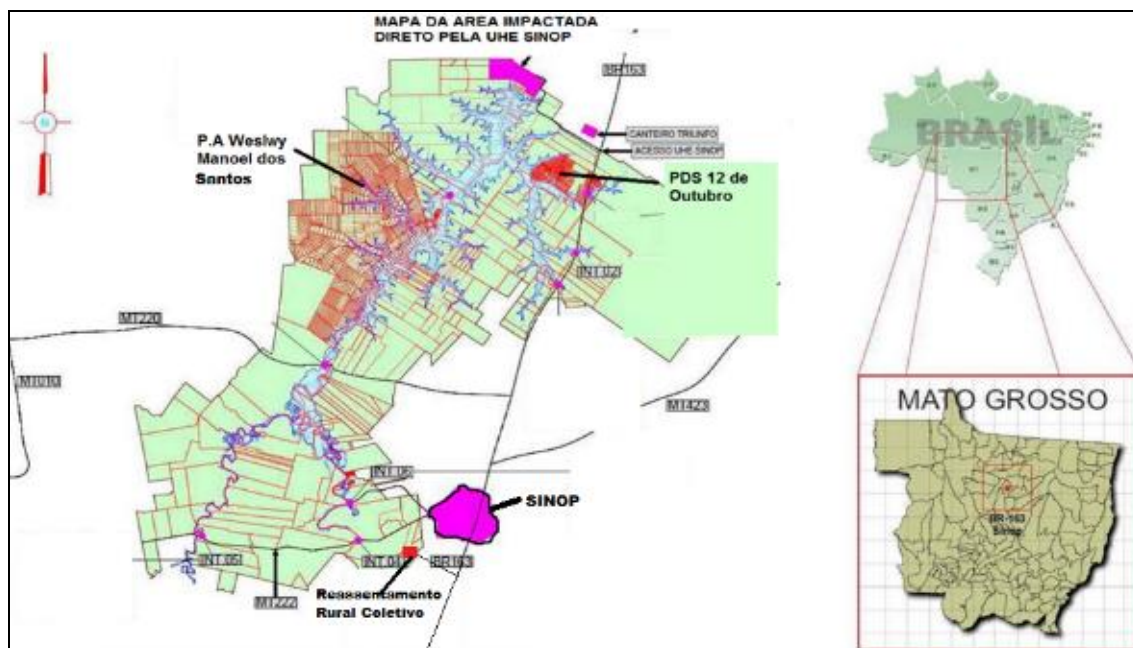
¹² GONÇALVES; Dorival Junior, “Os impactos das UHE’s na bacia do rio Teles Pires” (Palestra), Auditório da UNEMAT Campus de Alta Floresta/MT: Alta Floresta-MT, 04 nov. de 2015

CAPÍTULO III

3 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS E AS OUTRAS LUTAS DOS ASSENTADOS POR PERMANÊNCIA NA TERRA

Este capítulo apresentará, primeiramente, o surgimento de novos sujeitos sociais, que reivindicam direitos negados pelas empresas do setor elétrico, os atingidos por barragens, e como esses se organizam para que seus direitos sejam garantidos. Também expõem as atuais situações de dois assentamentos rurais atingidos pela construção da usina hidrelétrica de Sinop-MT (UHE Sinop), analisando os impactos no modo de vida das famílias nesses dois assentamentos da reforma agrária, denominados de Assentamento 12 de Outubro, localizado no município de Cláudia, e Assentamento Wesley Manoel dos Santos (conhecido como Gleba Mercedes), que se situa no município de Sinop (figura 5).

Figura 5 - Planta da localização do Projeto de Assentamento Wesley Manoel dos Santos, PDS 12 de Outubro, o Reassentamento Rural Coletivo e outras áreas impactadas pela UHE Sinop



Fonte: Arquivo da Companhia Energética Sinop (CES), ANO, 2018 adaptada por SOUZA, R. B. (2019).

Pontua também as lutas dos atingidos que se deram em diferentes momentos da realização do empreendimento hidrelétrico (antes, durante e/ou depois), tendo como objetivos diferentes mecanismos de poder de organização e negociação entre atingidos e empresa.

3.1 Movimentos dos Atingidos por Barragens e suas ações históricas em defesa dos atingidos por usinas hidrelétricas no Brasil

A mobilização e a resistência ao modelo de desenvolvimento adotado pelos suscetíveis governos desde a década de 1970, durante o período militar, até os dias atuais, fazem com que as famílias atingidas por empreendimentos hidrelétricos em todo o território brasileiro, se organizassem em movimentos sociais, enquanto representação de classe (atingidos). A organização que atualmente representa essa classe de atingidos por hidrelétricas no Brasil é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Esse movimento tem a missão de organizar as famílias que são impactadas pelas construções de barragens no Brasil, desde a segunda metade dos anos 1970¹³, quando agricultores da região de Itaipu, por meio de sindicatos e organizações ligadas à Igreja, se mobilizaram por melhores indenizações e reassentamento, dando origem ao movimento Justiça e Terra.

Desde então, em Itaparica (Bahia), em Tucuruí (Pará), na Bacia do rio Iguaçu (Paraná), no vale do Jequitinhonha (MG), no Xingu (Pará), na Bacia do rio Uruguai (RS/SC), por toda parte onde se constroem ou se projetam hidrelétricas, grupos sociais de camponeses, ribeirinhos, quilombolas e povos indígenas, prejudicados por esse tipo de empreendimento, têm resistido e levantado as mais diversas reivindicações. (MAB, 1996).

Outro importante Movimento que deu origem ao MAB é a Comissão Regional de Atingidos por Barragens do Alto Uruguai – CRAB, nascida na Bacia do Uruguai. Segundo Nesello (2005):

¹³ Segundo Vainer, 2009 “existem algumas referências acerca da existência de manifestações de resistência à construção de barragens nos anos 40 e 50 (Soares, 1998), mas é inquestionável que os sinais mais fortes de movimentos coletivos organizados datam do final dos anos 70”. Por isso a opção em iniciar a contextualização a partir da década de 1970.

Esse processo se inicia com a participação de professores, sindicalistas, padres, pastores, que avaliam a necessidade de organização e mobilização da população rural que será atingida por esses projetos. A partir daí, começam as reuniões, nas comunidades do interior, coordenadas principalmente pelas Igrejas, Progressistas e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. O Estudo de Impacto Ambiental – EIA, elaborado pela Eletrosul, divulga a CRAB como um movimento contestatório de cunho social rural. (NESELLO, 2005, p.32).

Na Bacia do Uruguai há uma grande mudança em relação à Itaipu, pois os atingidos iniciaram sua organização antes do início das obras. A CRAB avança ainda mais, sendo contra a construção de barragens. Segundo Vainer, (2009):

Após ter timidamente pedido, a exemplo do movimento Justiça e Terra, “indenizações justas”, a CRAB havia dado prioridade à luta por “terra por terra”, enfatizando a necessidade de reassentar os colonos compulsoriamente deslocados. Agora, era o confronto aberto, a luta contra a construção das barragens: “Terras Sim, Barragens Não”. (VAINER, 2009, p. 8).

Em Itaparica na BA a luta dos atingidos se espelha no desastre que foi Sobradinho, pois foram centenas de famílias relocadas para assentamentos sem água, sem estradas, longe de tudo e sem nenhuma infraestrutura. Os atingidos aqui enfatizam sua luta em três reivindicações principais, sendo: terra por terra na margem do lago, água nas casas e nos lotes, indenizações justas das benfeitorias. Para Vainer, (2009):

Vale a pena destacar o fato de que, contrariamente ao que havia acontecido no sul do país (Itaipu e Bacia do Uruguai), não se constituiu no nordeste, uma forma de organização específica dos atingidos, mas uma articulação intersindical para levar adiante sua luta. (VAINER, 2009, p.10).

Em Tucuruí no PA, em 1981, depois de terem sido enganadas pelas promessas da ELETRONORTE de bons assentamentos e indenizações, as famílias se organizaram e deram origem ao Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí. Como forma de pressão, as famílias atingidas montaram um acampamento e, diante disso a ELETRONORTE prometeu reassentá-las e pagar as indenizações justas, no entanto, a empresa não cumpriu sua

promessa, o que leva os atingidos a continuarem mobilizados. Em 1989 nasce a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Tucuruí (CAHTU), que reúne os atingidos de montante e de jusante¹⁴, tendo por objetivo continuar a luta por suas reivindicações. (MAB, 1996).

O MAB nasce enquanto Movimento nacional em 1989, quando foi realizado em Goiânia o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, reunindo as lutas locais, nas barrancas dos rios. Nesse encontro foi escrita a carta de Goiânia, a qual, segundo Vainer, (2009):

Expressa o nascimento de um movimento nacional reunindo, de um lado, reivindicações de diferentes grupos sociais que, em diferentes regiões, são atingidos por barragens, e, de outro lado, propostas que buscam transcender as lutas localizadas e específicas para afirmarem uma ação na política nacional, e, mais especificamente, na política energética nacional. (VAINER, 2009, p.8).

Para Grzybowski (1991), o Movimento dos Atingidos por Barragens traz novos elementos para o debate da luta pela terra e na terra, pois há a inserção de novos sujeitos no cenário: os atingidos por barragens, que constroem uma identidade a partir da organização social.

Revela facetas novas na luta pela terra. Trata-se, sem dúvida, de luta contra a expropriação. Mas a expropriação não é conduzida e nem serve diretamente aos velhos latifúndios em processo de modernização ou às fazendas das empresas industriais, comerciais e financeiras que se territorializam. (GRZYBOWSKY; 1991, p.16).

Assim, a organização dos atingidos, surge geralmente em oposição à construção de uma determinada barragem, seja devido às discordâncias em relação ao valor das indenizações, seja pelo fato de conhecerem a situação de atingidos em outras barragens no Brasil. Assim, para o autor (1991), uma questão fundamental do Movimento dos Atingidos por Barragens é o:

Resgate de elementos socioculturais, definidores do grupo atingido, em associação à luta pela terra. Os atingidos, quando organizados em movimento, tendem a recusar a redução praticada na ação desapropriatória que vê tudo o que vai ser perdido sob as águas do lago como passível unicamente de uma avaliação e uma indenização

¹⁴ Jusante e montante: são direções por onde correm as águas de uma corrente fluvial. A jusante significa em direção à foz, ou seja, o fluxo normal da água. Enquanto isso, a montante significa em direção à nascente, ou seja, contra corrente.

monetária. Por isto, os movimentos surgem, geralmente, por desacordo na avaliação, propondo a justa indenização, e avançam para propostas de terra por terra e acabam, como no caso das barragens programadas para o rio Uruguai, numa oposição radical á postas dos movimentos, a defesa de um espaço social e culturalmente organizado, com relações de parentesco, vizinhança e amizade, com suas escolas, igrejas e cemitérios. (GRZYBOWSKY, 1991, p. 62).

As lutas das populações atingidas por barragens que no início era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, logo evoluiu para o próprio questionamento da construção de barragens e a crítica ao modelo energético. Assim, os atingidos passaram a perceber que além da luta isolada na sua barragem, deveriam se contrapor também ao modelo energético nacional.

Vale destacar que no Encontro Nacional que deu origem ao MAB, realizou-se um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país, e decidiu-se pela construção de uma organização mais forte a nível nacional para articular e unificar a luta e fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. Precisava ser um movimento nacional, popular e autônomo, que se organiza e articula com ações contra as barragens a partir das realidades locais e à luz dos princípios deliberados por aquele Congresso Nacional. O dia 14 de março¹⁵ foi instituído como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado desde então em todo o país. (MAB, 1996).

O MAB ainda encontra grandes dificuldades em sua articulação nacional, que acaba adquirindo características muito singulares em cada barragem ou região organizada, pois a organização, em muitos casos, depende do estágio em que se encontra o empreendimento. Caso a UHE já tenha sido construída a luta ganha um caráter sindical, pois o movimento terá de lutar por reassentamentos e indenizações justas. Se a barragem estiver em construção a luta é para paralisar as obras e, caso não seja possível, negociar uma

¹⁵ Posteriormente, durante o I Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens, realizado em Curitiba, em 1997, o dia 14 de março foi adotado como Dia Internacional de Luta contra Barragens.

proposta justa para os atingidos. Se a barragem possui apenas a Licença de Instalação (LI) a luta é para que ela não seja construída. (VAINER, 2002).

Nessa diversidade de lutas existe, também há diversidade das populações atingidas, que varia de pequenos médios e grandes produtores, quilombolas, indígenas, populações urbanas, pescadores, garimpeiros. Além disso, existe também a especificidade de cada lugar atingido, ou seja, de cada comunidade, bairro, colônia de pescadores e aldeia. Apesar da grande diversidade de sujeitos atingidos por barragens há uma integração de grande parte dos atingidos em um único movimento, e isso ocorre, a partir da organização e mobilização, fazendo surgir, a identidade dos atingidos

Enfim, essa diversidade geral faz com que haja uma busca constante de unificação das diferentes formas de lutas em um único objetivo ou na organização de um único movimento, com características e métodos específicos ou regionais, mas centralizado na luta maior que é a construção de um novo modelo energético brasileiro, não mais baseado na expropriação e subjugação das populações e visto como uma mercadoria, mas sim, como um bem comum que serve a toda população brasileira e, sobretudo com a valorização e respeito às comunidades e grupos locais.

Quando se faz referência aos atingidos, reporta-se à sujeitos que querem permanecer no território, chamado por eles de “meu pedaço de terra”, para produzir e para viver. Alude também a uma organização política que aglutina toda essa diversidade de camponeses (agricultores, quilombolas, pescadores) e, às vezes, pessoas do meio urbano, em um único movimento que através da ação política gera a identidade de atingidos.

Sendo esse novo o cenário que está se desenhando, de privatizações do setor elétrico, os atingidos por barragens continuam sofrendo os mesmos impactos, pois como no “velho” modelo, as políticas são pensadas para o mercado e não para beneficiar a população brasileira como um todo.

A partir de uma releitura dessa realidade o MAB percebeu que só ficar nas barrancas dos rios estava fadado a extinção e com isso mudou sua estratégia de luta, alcançando também os centros urbanos, e colocando em questão a tarifa energética com o lema “O preço da energia é um roubo”. O MAB compreendeu, no processo de luta, que o preço da energia é um fator que

deve ser levado em consideração como um fato resultante de impactos de uma construção de hidrelétricas, e questiona: por que tantas hidrelétricas construídas e em projetos no Brasil se a energia do país é a mais cara do mundo? Com essa pauta o movimento provoca a população urbana a perceber que também são atingidos, dessa vez pelo valor da tarifa energética.

Enfim, o MAB nasce das lutas locais, mas com objetivos e interesses maiores que apenas as reivindicações específicas dos atingidos, pois se percebe que se não mudar o modelo energético brasileiro, a luta será permanente, e eles, assim como a sociedade brasileira como um todo, perderão sempre. Por isso, a necessidade de ações por todo o país, sob uma coordenação nacional. Em Mato Grosso o MAB também tem sido atuante e combativo mais especificamente na região norte do estado de Mato Grosso na bacia do rio Teles Pires.

3.1.1 Ações do MAB no estado de Mato Grosso

A organização dos atingidos por barragem está distribuída praticamente em todo o território nacional, onde se tem construção de UHE's e, assim como em outros estados, o MAB começa a desenvolver suas atividades em Mato Grosso no ano de 1996, quando a ELETRONORTE e, posteriormente, a FURNAS, assume a construção de uma UHE no rio Manso (UHE Manso), localizado no município de Chapadas dos Guimarães, no centro sul do estado.

Segundo o Diagnóstico Social Aproveitamento Múltiplo de Manso (2006), essa usina atingiu cerca de 630 famílias espalhadas por várias comunidades ribeirinhas ao longo do rio Manso. Pelo fato de poucas famílias terem titulação da terra, durante todo o processo de construção houve muita resistência e lutas. Do total das famílias impactadas, apenas 422 foram reassentadas pelos programas de Furnas, outras 59 optaram pelo auto realocação e as demais 149 foram excluídas por não preencherem os pré-requisitos do programa, como possuir titulação da terra ou benfeitorias na área inundada, principal critério na definição de quem seria indenizado.

Dessa forma, “garimpeiros, lavradores com roças nas áreas alagadas, residentes em áreas distintas das inundadas, comerciantes de localidades de

entorno, pescadores, entre outros, foram excluídos dos programas sociais de Furnas”. (RELATÓRIO PALLOS CONSULTORIA, 2006).

A UHE Manso recebeu a sua licença de operação (LO) e fechou as primeiras comportas da represa em novembro de 1999, gerando uma considerável mortandade de peixes na jusante da represa, o que foi considerado “dentro do previsto” pelos empreendedores, mesmo ocorrendo muitas manifestações de protesto por parte de ambientalistas e de uma parte de atingidos que até hoje ainda não foram indenizados.

Em dezembro de 2000, a Usina Hidrelétrica de Manso entrou em funcionamento, tendo potencial para gerar 210 MW, quando estiver operando com sua total capacidade de geração¹⁶. Atualmente o MAB deixou de atuar na região do Manso por conflitos internos e retomou suas atividades na região norte do estado, uma região que está inserida na Amazônia Legal, direcionando a luta na bacia do rio Teles Pires, visto que a partir de 2010 iniciaram vários projetos de usinas hidrelétricas, em planejamento e em construção nesta bacia

A atuação do MAB nesse território teve como objetivo enfrentar o modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo Federal em um período de crescimento da economia; políticas de investimento em infraestruturas via a bacia amazônica como um espaço ideal para o alargamento da fronteira do agrohidronegócio, pois necessitava de grande oferta de energia, para suprir a demanda da crescente industrialização que o Brasil estava passando. Nesse tempo o modelo energético já havia esgotado os recursos hídricos na bacia do rio Paraná e na amazônica, havia ainda um grande potencial de recursos hídrico a ser explorado.

Com isso o MAB começa a desenvolver as suas atividades na cidade de Colíder, Alta Floresta e, com mais intensidade, em Sinop, haja vista que a construção da UHE Sinop-MT causaria mais impactos sociais e ambientais, por se tratar de um município de grande concentração populacional no norte do estado. Sendo assim o empreendimento atingiu um número maior de famílias compostos por camponeses de dois assentamentos da reforma agrária, totalizando mais de 300 famílias impactadas (12 de Outubro no município de

¹⁶ Segundo informações do Diagnóstico Social Aproveitamento Múltiplo de Manso do ano de 2006

Claudia e Gleba Mercedes em Sinop), além de pescadores, ceramistas, ribeirinhos que lutam para não perder o seu território e meio de vida.

A população urbana de Sinop também é diretamente impactada pelo fenômeno da migração que promove o inchaço urbano e, por consequência, a ineficiência dos serviços públicos básicos, como educação, saúde, segurança e moradia.

3.2 O Assentamento 12 de Outubro: a resistência de um povo para (re)existir como camponeses

Um dos primeiros embates entre classes sociais que ocorreu na região de Sinop-MT foi o processo de reterritorialização de trabalhadores rurais sem-terra no norte do estado de Mato Grosso, onde houve uma retomada da terra controlada pelo latifúndio, com as primeiras ocupações de terras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo Picoli (2008), esse fato importante para o início da quebra do silêncio, imposto pelos pecuaristas, aconteceu no dia 12 de outubro de 2003, quando o movimento organizado se fez presente pela primeira vez no Norte do Estado de Mato Grosso, em área de domínio da Sinop Agroquímica S.A., no município de Sinop.

Nesse sentido, faz-se necessário uma breve retomada do conceito de desterritorialização/reterritorialização elaborado por Haesbaert (2002; 1999), que discute não só a perda ou a retomada dos territórios em si, mas as variadas transformações derivadas das dinâmicas territoriais, implantada pela globalização que sempre desterritorializam e reterritorializam sujeitos. Segundo o autor (2002; 1999), esse processo provocado pela dinâmica do capital ocasiona, perda de controle das territorialidades, pessoais ou coletivas, ou a perda de acesso a territórios econômicos, simbólicos.

A desterritorialização é um processo típico do capital, que precisa constantemente de espaço para se reproduzir, como aconteceu na formação territorial do norte do estado, moldado na produção extensiva do agronegócio, na maximização dos lucros e na apropriação da renda da terra, que excluem a produção camponesa. Nessa disputa por territórios sempre, implica uma reterritorialização em outra escala.

A reterritorialização, por sua vez é definida como uma retomada de territórios simbólicos ou econômicos, e um exemplo disso é o processo de reterritorialização de trabalhadores rurais sem-terra ocorrido na década de 1990 no sul do país, e em 2007 no norte de Mato Grosso.

A reterritorialização de famílias camponesas, como comenta Haesbaert (1999) que perante:

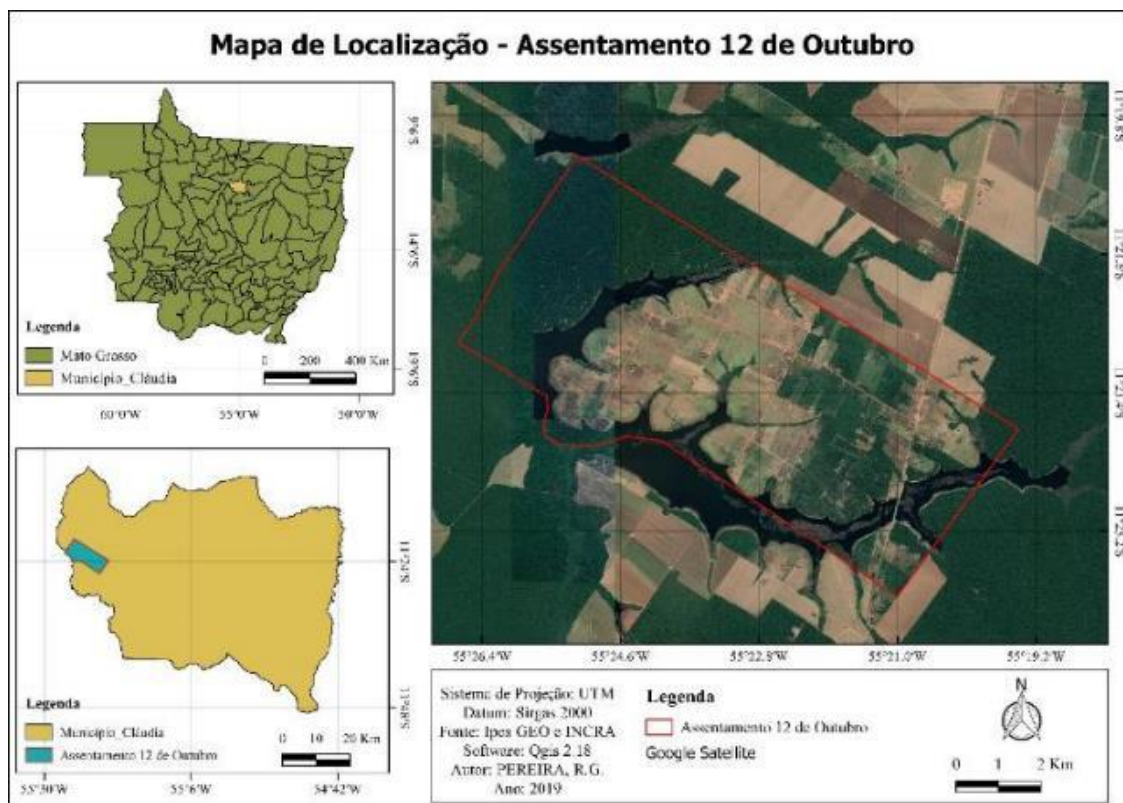
[...] a massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o “apegar-se à terra”, a reterritorialização [...] se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para a sobrevivência física cotidiana mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

A área em que as famílias de trabalhadores rurais sem terras queriam retomar (reterritorialização) foi a da indústria de produtos Agroquímicos, outrora grilada e atualmente de propriedade de um deputado estadual. Segundo depoimentos de lideranças do MST a ocupação dessa fazenda não foi tranquila. Com apenas trinta dias de ocupação, de aproximadamente 800 famílias, houve um violento despejo, no qual foram presos também alguns professores da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) que estavam no local para contribuir com a negociação, todos foram acusados de desobediência.

Após o despejo, o MST ocupou outra área a aproximadamente 60 quilômetros adiante, denominada Fazenda Panorama, localizada às margens da rodovia BR 163, no município de Cláudia, que se encontrava em processo judicial para desapropriação, pois também era uma área grilada e improdutiva. Essa propriedade foi desapropriada no ano de 2007 e se tornou um assentamento com uma área de 8.721 hectares, e 187 famílias assentadas (segundo dados das lideranças do MST). O assentamento recebeu o nome de 12 de Outubro, porque foi nessa data em que o movimento chegou na região. Esse assentamento é desenvolvido na forma de Plano de Desenvolvimento

Sustentável (PDS)¹⁷. Na Figura 6 observa-se o mapa de localização do assentamento 12 de Outubro e, em volta, as lavouras do agronegócio.

Figura 6 - Mapa de localização do assentamento 12 de outubro.



Fonte: IPEA GEO/INCRA (2019). Elaborado por PEREIRA, R.G; SOUZA, R.B. (2019)

A ocupação de terras no coração do agronegócio, como é conhecido a região norte do estado de Mato Grosso, pelos trabalhadores rurais sem-terra, é baseada na contrariedade do capital. Nessa disputa por terra com o agronegócio vence quem tem mais dinheiro e “bala”. Segundo Fernandes (2001), “é por essa razão que os trabalhadores sem-terra ocupam a terra e desafiam a hegemonia do capital”. (FERNANDES, 2001, p. 12)

Os primeiros anos do assentamento não foram fáceis, pois mesmo com o fato das famílias já estarem ocupando seus lotes e produzindo por aproximadamente 10 anos, os lotes não estavam regularizados pelo INCRA, ou seja, não havia a documentação definitiva de posse da terra. Também não havia energia elétrica em todo o assentamento, apenas na antiga sede da

¹⁷ Modelo de assentamento na perspectiva da adoção da Agroecologia como matriz tecnológica.

fazenda, as estradas estavam em péssimo estado de conservação, e muitas famílias ainda moravam em barracos de lonas, porque não havia nenhum tipo de financiamento para melhorar a infraestrutura nos lotes. Os assentados estavam abandonados à própria sorte.

No entanto, mesmo com o descaso do poder público, as famílias não ficaram de braços cruzados, e se organizaram para buscar melhorias de infraestrutura para o assentamento, como a construção das casas e da escola na forma de mutirão. Só lembrando que a escola precisou ser construída, pela comunidade, no sentido material e curricular, pois as escolas organizadas pelo MST tem um currículo diferenciado, com uma proposta de inclusão do povo excluído pelo sistema capitalista, promovendo uma Educação libertadora, com significados para a valorização e fortalecimento do lugar, como construção de territórios e identidades do campo, nos moldes da educação do/no campo.

Percebe-se, na figura 7, que a escola foi construída em forma de mutirão com a participação da comunidade, no final de 2009, sendo que desde 2007, ano em que as famílias ocuparam seus lotes, as crianças estudavam nas escolas da cidade vizinha de Itaúba, a mais próxima, cerca de 60 km do assentamento, e as crianças precisavam acordar de madrugada para se deslocar até a cidade vizinha para estudar.

Figura 7 - Mutirão de construção da E. E. Florestan Fernandes



Fonte: Acervo da Escola Estadual Florestan Fernandes (janeiro de 2010)

Nesse período as famílias também se organizaram e criaram uma cooperativa denominada de Cooperativa de Pequenos Produtores da Região Norte de Mato Grosso (Coopervia). Como o Assentamento 12 de Outubro está organizado a partir de práticas Agroecológicas como matriz tecnológica, com produção e comercialização a partir da agricultura familiar, foi necessária a criação dessa cooperativa com o intuito de desenvolver a produção de horticulturas e o beneficiamento da castanha do Pará, abundante na reserva legal do assentamento.

Foi preciso criar uma parceria, em 2012, com um projeto de Pesquisa e Extensão Universitária, denominado Canteiros de Sabores e Saberes (CANTEIROS), da UNEMAT campus de Sinop. O objetivo desse projeto é incentivar a comercialização da produção de gêneros agroecológicos de famílias assentadas da Reforma Agrária, na cidade de Sinop, com a venda de produtos principalmente do assentamento 12 de Outubro, utilizando ferramentas de vendas por internet dos produtos oriundo da reforma agraria e também na promoção de oficinas em parcerias com estudantes das ciências agrárias para melhorar a produção agrícola dos assentamentos. Também foi firmado parceria com a Escola Estadual do Campo Florestan Fernandes (EEFF) para o desenvolvimento de oficinas junto aos produtores assentados visando melhorar a produção e comercialização.

Esse projeto é implementado na prática com a participação das famílias assentadas, que recebiam investimentos para a produção e colaboravam para a criação de mecanismo e instrumentos de comercialização dos produtos oriundos da reforma agraria na cidade de Sinop. Nesse intuito, foi desenvolvido pelos estudantes do curso de administração e do curso de sistema de informação uma plataforma online para a comercialização direta, com entregas semanais no campus da UNEMAT, e participação ativa dos produtores, é por meio da cooperativa, uma equipe realiza um levantamento dos produtos oferecidos, recolhe os produtos ofertados, e os estudantes universitários e também da educação básica da escola do assentamento fica na função de gerenciar o sistema de vendas pela internet como, por exemplo, divulgar na plataforma os produtos disponíveis para a comercialização. Ou seja, as

pessoas que pretendem adquirir alimentos produzidos por essas famílias do assentamento, entram na plataforma e fazem o seu pedido.

Nas quartas feiras, dia em que os produtores fazem as entregas dos produtos ofertados na plataforma, em um local no campus da UNEMAT, as pessoas que compraram os produtos oferecidos na plataforma, pega e realiza o pagamento dos produtos. Depois de ter vendidos os produtos a equipe gestora realiza o pagamento dos produtos vendidos para as famílias que ofertaram os produtos na plataforma. Esse projeto colaborou muito para a organização da produção do assentamento e elevou de alguma forma a renda das famílias assentadas.

3.2.1 Os processos conflituosos das restituições de perdas e as lutas por direitos

A regularização fundiária do assentamento, assim como a instalação de energia em todo assentamento, só aconteceu no início de 2014. A demora se deve ao fato de que havia informações sobre a construção de uma usina hidrelétrica nas proximidades do assentamento, impactando uma boa parte desse território camponês. Corroborava essa notícia o fato de já haver duas UHEs em construção à jusante desse local, no rio Teles Pires (a UHE Colíder e a UHE Teles Pires), e uma linha de transmissão que iria levar a energia das duas usinas hidrelétrica que estavam sendo construídas.

A concretização desses rumores só ocorreu no ano seguinte, início de 2015, quando houve as primeiras assembleias com os possíveis atingidos e a empresa vencedoras do leilão, anunciando de fato que aproximadamente 77 famílias e suas propriedades seriam diretamente atingidas no assentamento.

Com o início do processo de negociação o MST, movimento que organiza a luta das famílias assentadas, pediu apoio ao MAB para mediar o processo de negociação. Ao estudar alguns documentos como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), em uma reunião com o INCRA e com a empresa responsável pela construção da UHE, o MAB concluiu que não constava o assentamento no EIA/RIMA desse empreendimento.

Essa constatação fez com que os assentados se organizassem para várias manifestações, como trancamento de rodovias para impedir o escoamento da soja da região, e audiências com o Ministério Público Federal (MPF), que pressionou o consórcio vencedor do leilão a se comprometer na inclusão do assentamento no Plano Básico Ambiental (PBA), na segunda etapa do licenciamento.

Na mesma época as famílias atingidas desse assentamento começaram as negociações com a empresa, já denominada Companhia Energética Sinop (CES). Concomitante estava construindo o linhão para o transporte da energia produzida nesta e nas demais usinas hidrelétricas que estavam sendo construídas à jusante. Segundo o projeto a rota do linhão atravessaria o assentamento e, com isso as famílias decidiram impedir a construção dentro das delimitações do assentamento como forma de pressionar a CES a instalar energia elétrica em todo assentamento, visto que só havia energia elétrica na antiga sede da fazenda. A CES, pressionada, acabou cedendo e ainda em 2015 instalou energia elétrica em todo assentamento, graças às mobilizações das famílias atingidas. (Figura 8).

Figura 8 - Descarregamento dos transformadores e a implantação dos postes de energia elétrica no assentamento



Fonte: Arquivo pessoal das famílias do assentamento 12 de outubro (Ano 2015).

Juntamente com a luta pela conquista da terra, com apoio do MST, traçou-se também como meta a construção de uma escola no assentamento, o que deveria ser um processo normal, afinal, à lei obriga o poder público a

oferecer Educação para todas as crianças. No entanto, o Estado não reconhece facilmente a necessidade de educação para filhos de assentado, sobretudo oriundo da luta do MST, porque significa dar legitimidade à sua luta.

Como a escola foi construída pela comunidade e com poucos recursos financeiros, a sua estrutura física era de um barracão de tábuas de compensado como paredes. Com o passar dos anos, e ainda sem recursos para a manutenção, essa estrutura exposta ao sol e às chuvas (com várias goteiras que molhava toda a sala de aula) começou a se deteriorar (Figura 9). Apesar de ter ventiladores instalados em algumas salas de aulas, o calor é insuportável, deixando os alunos sem ânimo para estudar, conforme relato da diretora da escola. (Informação Verbal¹⁸).

Depois de muita cobrança e negociações a empresa responsável pelo empreendimento hidrelétrico se comprometeu a construir uma nova escola, no entanto, até o presente (2020), não aconteceu de fato, apenas financiou uma reforma completa na escola. O prédio continua de madeira, com uma infraestrutura melhorada. (Figura 10).

Figura 9 - Uma das salas de aula da escola Florestan Fernandez no assentamento 12 de outubro em maio de 2016, antes da reforma pela CES.



Fonte: Arquivo pessoal das famílias do assentamento 12 de outubro (ANO 2016).

¹⁸ Entrevista concedida em julho de 2019.

Figura 10 - Corredor da escola Florestan Fernandez no Assentamento 12 de Outubro, em julho de 2019, após reforma pela CES.



Fonte: Arquivo pessoal das famílias do assentamento 12 de outubro (ANO 2019)

A escola é o coração do assentamento, ela serviu como referência para as primeiras reuniões de negociações e decisões a respeito dos impactos que a usina hidrelétrica causaria no assentamento, e onde ocorreram os primeiros impasses entre os atingidos, empresa e o INCRA em suas tensas assembleias. Atualmente a escola ainda serve como ponto de referência, pois o espaço adequado para reuniões ou realizações de outros eventos promovidos pela comunidade ainda está em construção.

O projeto canteiros implementado no assentamento, colaborou muito para o fortalecimento da agricultura familiar e para melhorar a renda das famílias assentadas. Também como uma forma de resistência para a permanência na terra, pois muitos assentados atingidos já não tinham ânimo para continuar cultivando a terra e fazer manutenções em suas benfeitorias, pelo fato de saberem que seriam forçados a abandonar sua terra, sua produção, e se mudar para outro lugar, (o reassentamento), depois da formação do lago da UHE.

No início de 2018 finalizou-se a construção da usina hidrelétrica de Sinop (UHE Sinop) e a empresa obteve a licença de operação (LO) fornecida pelas autoridades ambientais do estado de Mato Grosso (SEMA/MT).

Fecharam-se as comportas criando um lago de aproximadamente 35 km² de área inundada, submergindo, além de alguns lotes do assentamento, parte de reserva florestal, em que os assentados retiravam a castanha do Pará, beneficiada e comercializada por meio da cooperativa. Nessa reserva haviam muitas árvores de copaíba, onde os assentados retiravam óleo para fins medicinais, assim como os buritizais que as famílias utilizavam, tanto o fruto quanto as palhas, para o artesanato, provocando perda de considerável de parte da renda familiar desses sujeitos, sendo que, a atividade extrativista era também umas das principais formas de geração de renda das famílias assentadas.

3.3 Gleba Mercedes: Reconfiguração territorial, relações de vivências e (re)construção do território

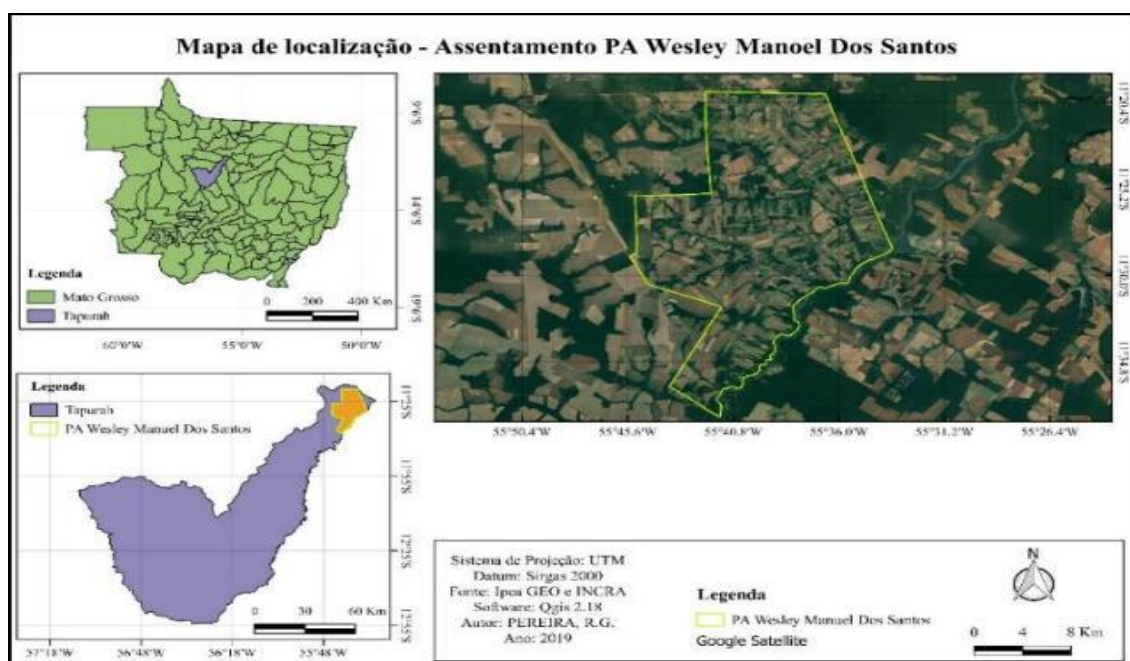
Com a finalidade de manter o debate acerca dos conflitos territoriais existentes no município de Sinop-MT e área de abrangência dos impactos da UHE Sinop, primeiro pela mercantilização da terra, e segundo pela implantação do hidronegócio, torna-se imprescindível retornar ao debate do conceito de território, desterritorização e reterritorização. Haesbaert (1999, p.47) define o território como “uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre a qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte dos seus membros o direito de acesso, controle e de uso [...] dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar”. Portanto o território, conforme o autor é concebido como apropriação e controle dos recursos naturais ali existente.

Por outro lado, Marques (2010) define o território como simultaneamente uma convenção e uma confrontação, pelo fato de possuir limites e fronteiras, torna-se um espaço de conflitualidades. Formado a partir de diferentes relações sociais, que pode ser definido como uma fração do espaço geográfico ou de outros espaços materiais ou imateriais.

A origem do assentamento Wesley Manoel dos Santos conhecido como Gleba Mercedes, se deu pelo fato de famílias sem-terra reivindicarem a retomada de territórios para o uso e controle dos recursos naturais, para ali desenvolver as

suas relações sociais. Nesse sentido eles reivindicaram uma terra devoluta¹⁹ existente no município de Sinop na época. A área que os sem-terra reivindicavam é rica em recursos hídricos, pois o território reivindicado margeia um bom trecho do rio Teles Pires e há vários outros rios que corta o assentamento, e possuía uma considerável floresta virgem, onde se encontrava uma boa quantidade de árvores frondosas, que poderia ser explorada de forma consciente para suprir as necessidades básicas e alimentar a economia local. O mapa de localização (Figura 11) apresenta o assentamento margeando o rio Teles Pires, e seus afluentes que cortam o assentamento.

Figura 11 - Mapa de localização do PA Wesley Manoel dos Santos



Fonte: IPEA GEO/INCRA (2019). Elaborado por PEREIRA, R.G, SOUZA, R.B.(2019)

O processo de reterritorialização dos trabalhadores sem-terra no município de Sinop ocorreu nos primeiros anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995. O assentamento recebeu esse nome pelo fato de parte da área que hoje compõem o assentamento, pertencer, na época, à Empresa Mercedes Bens do Brasil S/A., por isso, Gleba Mercedes. A Mercedes Bens adquiriu uma grande extensão de terra que, segundo Peripolli (2009):

¹⁹ O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Foi o que aconteceu com o surgimento da Gleba Mercedes.

Como forma de burlar a lei, passou a comprar de terceiros, entre 1968 - 1969, várias propriedades (total de 50) e constituiu 10 empresas (S/As), de 40, 50, 60 mil hectares, perfazendo um total de aproximadamente 500 mil hectares. A estratégia usada pela Mercedes Bens de constituir empresas significava garantias de financiamentos junto à SUDAM. (PERIPOLLI, 2009, p. 166).

A empresa nunca ocupou de fato essas áreas e por conta disso e da luta dos sem terras, em 1994 foi desapropriada pelo INCRA, sendo uma parte para a constituição do Assentamento de Reforma Agrária Gleba Mercedes V. Em 1998 o assentamento recebeu o nome atual, em homenagem ao segundo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Senhor Wesley Manoel dos Santos, que morreu em um acidente, a caminho de uma de suas viagens de reivindicações e negociações na sede do INCRA em Cuiabá. Sua incessante luta por melhorias e seus trabalhos prestados aos assentados, fez com que ele fosse homenageado com seu nome atribuído ao Assentamento. (NEIDECK, 2015).

A área total que compõe o assentamento Wesley Manoel dos Santos é de 35 mil hectares, com lotes, chamados de parcelas²⁰, num total de 500, de 70 hectares cada um. O número de famílias assentadas, em 2015 (ano em que foi realizado o cadastro socioeconômico realizado pela empresa responsável pelo empreendimento hidrelétrico) era de 496 famílias.

O início da ocupação da área que corresponde o assentamento começou no final de 1997, com um “chamamento” via rádio pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Sinop, requisitando interessados em adquirir um lote no Assentamento, que encaminhou a relação dos interessados ao INCRA em Diamantino/MT. Portanto, a reterritorialização, se deu de uma forma tranquila a chamada ocupação espontânea, sem conflitos, diferente do processo de luta das famílias do Assentamento 12 de Outubro. Não houve a desterritorialização de um latifundiário, pois a área destinada para o assentamento já estava sobre o domínio do estado representado pelo INCRA.

A maioria dos inscritos não tinham práticas em atividades agrícolas (vocações agrícolas, nos termos do INCRA), pois, eram funcionários de serrarias,

²⁰ O termo parceleiro se refere àquele que detém uma parcela.

vendedores ambulantes, trabalhadores das fazendas da região, pessoas que, de algum modo vieram para Mato Grosso no início dos anos 1970 com o sonho de adquirir um pequeno sítio, mas que acabou se transformando em mão de obra nas cidades que surgiam naquele período. Muitos assentados relataram que eram filhos de camponeses expropriados pelo latifúndio em estados do sul do país. Neste caso, cabe destacar também, o fato de que estes trabalhadores, antes de serem assentados, ao longo dos anos, terem experimentado e passado por repetidos processos de expropriação/proletarização aqui no estado, provocado pelo processo produzido pelo capital.

Como esses trabalhadores ocuparam os lotes no assentamento? Segundo relatos dos assentados, os mais interessados, cerca de trinta e cinco famílias, se organizaram, com o apoio do STR de Sinop-MT, e resolveram acampar no centro da Gleba, mais precisamente nas margens do Rio Matrinchã, em barracos de lonas e, enquanto esperavam a repartição das terras, por parte do INCRA, plantavam algumas cultivares para consumo da família, como mandioca, hortas e criação de animais de pequeno porte. Após serem assentados, os primeiros anos no assentamento não foi nada fácil, pois, os assentados começaram a trabalhar com os recursos que tinham em seus lotes.

Segundo relatos de alguns moradores do assentamento, devido à grande quantidade de madeiras nobres existentes na área do assentamento, “a maioria das pessoas, entraram nos seus lotes, olhando para cima, observando a quantidade de madeiras nobres que continham em seus lotes” (Informação Verbal²¹). Esse interesse se deve ao fato de que havia a prática de venda ilegal dessas madeiras para as serrarias, que eram abundantes na cidade de Sinop (no final dos anos 70 e até recentemente, a principal economia da cidade de Sinop era a extração madeireira).

Foram por meio da venda da madeira que alguns assentados obtiveram recursos para estruturar as suas propriedades, como a compra de materiais: caixa d'água, materiais de construção para construir a casa e o barracão,

²¹ Entrevista realizada com um assentado da Gleba Mercedes, em 22 de julho de 2019.

arames para a cerca, dentre outros. Nenhum dos assentados ainda não havia conseguido financiamento e tampouco o apoio necessário do INCRA.

Em razão do abandono por parte do INCRA e da falta de políticas públicas para os assentados, muitos parceleiros venderam seus lotes. Saquet e Silva (2008) colocam o território como um conceito que aparece implícito no sistema capitalista, e se manifesta na precarização e falta da presença do Estado, representante classista que é, na negação de seus direitos sociais.

Houve casos de uma mesma pessoa comprar vários lotes, contribuindo para o início da concentração de terra dentro do assentamento, e, para descaracterizar colocaram em nomes de parentes ou de “laranjas”, pois o INCRA não permite vários lotes em nome de uma mesma pessoa. Houve, portanto, a reprodução das práticas utilizadas pelos latifundiários, representados, atualmente, pelo agronegócio, dentro do assentamento. Os que compraram vários lotes plantam soja e milho, ou seja, são pequenos produtores com produção baseada na monocultura, e também reproduzem o modelo do agronegócio.

Desta maneira, o território conquistado por famílias de agricultores, com base na produção familiar, transforma-se pouco a pouco numa condição desintegradora, pois há interferência externa direta do capital, e a implementação de novas tecnologias por meio de maquinários agrícolas, desterritorializando uma pequena porção de famílias, que perdeu a sua característica de agricultor familiar e transforma-se em pequeno produtor capitalista.

A partir de 2013 começam a veicular as informações sobre a construção da UHE Sinop e que atingiria o assentamento. Essa realidade se concretiza no ano seguinte, com a realização das primeiras assembleias no assentamento pela CES. Com a construção da usina hidrelétrica no município de Sinop (UHE Sinop) inicia-se um novo processo de desterritorialização no município, onde já estava havendo uma retomada de terras pelo latifúndio comandado pelo agronegócio, e agora, a apropriação e mercantilização dos recursos hídricos comandado dessa vez pelo hidronegócio.

Tendo em vista a ameaça de repasse de terrenos públicos para as grandes empresas, tornam-se essencial a organização de base, dentro de uma

organização social, para compreender as condições de desapropriação e perda de meios de sobrevivência dos assentados atingidos da Gleba Mercedes. O MAB começa a realizar as primeiras visitas no assentamento, em fevereiro de 2014, com intuito de acompanhar uma assembléia realizada pela empresa para discutir questões referentes aos impactos da construção. O movimento conheceu e dialogou, com esses novos sujeitos sociais no norte de Mato Grosso, os atingidos, uma vez que conta com uma experiência de mais de 20 anos organizando famílias atingidas no Brasil.

A primeira reunião oficial com a comunidade atingida, aconteceu em junho do mesmo ano na escola Walmir Copati uma das escolas que se localiza no assentamento, que só aconteceu após a realização de um seminário denominado “Amazônia em Debate” ocorrido em maio de 2014, pelo Fórum Teles Pires, uma entidade criada pela junção de várias organizações sociais do campo que serviu como suporte das ações do MAB no estado. Esse seminário foi importante porque houve a participação de alguns assentados atingidos do assentamento Gleba Mercedes, que antes viam o MAB com certa desconfiança, e tiveram a oportunidade de esclarecer alguns equívocos.

A reunião de junho de 2014 resultou na criação provisória de uma comissão de atingidos, e umas das primeiras tarefas dessa comissão foi realizar um estudo do Plano Básico Ambiental (PBA), documento que contém o detalhamento das medidas mitigadoras e compensatórias a serem adotadas pelo empreendedor para mitigar impactos ambientais identificados no EIA/RIMA. Esse documento também tem o objetivo de compreender os processos das etapas de construção de um empreendimento hidrelétrico.

Após identificar as principais medidas mitigatória e compensatórias do PBA, foram levantadas várias pautas, a saber:

- a) Indenizações das benfeitorias: a comunidade queria saber quantos eles iriam receber.
- b) Indenização pela produção que iria ser impactada.
- c) O valor da terra nua: pois muitos atingidos optaram por ficar na área restante ou remanescente, recebendo em dinheiro o valor da área impactada pelo logo da usina.

- d) O impacto na malha viária do assentamento: com a formação do lago iria impactar parte da malha viária (estradas) do assentamento. A comunidade queria saber como ficaria essa questão.
- e) As compensações para dentro do assentamento como a construção de um novo posto de saúde, um ginásio na comunidade, uma praça, e equipamentos de cozinha para a cozinha do centro comunitário.

Esse termo é bastante debatido no Movimento dos Atingidos por Barragens, como processo político de reconhecimento dos seus direitos.

Direitos esses que os atingidos reivindicaram com muita luta e pressão popular, pois sabiam que se ficassem apenas no embate de um diálogo diplomático, de reuniões em reuniões, seriam vencidos pelo poder do capital. As indenizações deveriam, sobretudo, levar em conta o valor orçado na planilha dos custos em indenização pelos terrenos e ações socioambientais, onde tem o maior valor orçado, ou seja, já há um valor orçado para as indenizações que consta no PBA, afinal é isso que está em jogo. A terra e as benfeitorias, fazem parte da negociação, mas além delas é preciso o ressarcimento das condições de reprodução do grupo social.

Todo movimento social tem como princípio a participação popular, a luta por direitos, pois é a forma mais ampla de participação direta em especial, quando as pautas de luta expressam a necessidade concreta do povo e sinalizam possíveis conquistas e, claro, geram conflitos.

3.3.1 Os processos conflituosos das indenizações e as lutas por direitos

Para um movimento social se afirmar, deve-se desenvolver um caráter político, e as lutas devem ser reivindicatórias econômicas, mas também políticas e ideológicas, que possam ser elementos de unidade e elevação da consciência da luta de classe. Por isso nas pautas do MAB, sempre devemos considerar pontos de unidade nacional, e alguns temas que possam atingir a massividade (grande alcance popular), e que estes possam levar à irradiação através de um método próprio do movimento, além de formas de sustentar a luta para a construção de um Projeto Popular para o Brasil.

Com isso, as pautas reivindicatórias elaboradas, pode se transformar em uma ferramenta de luta, pois foram construídas pelos atingidos, por meio de várias reuniões. Sendo assim, os representantes das famílias atingidas foram reivindicar com a empresa responsável pela construção do empreendimento, respostas ou agilidade das mesmas, já que as obras da usina já estavam bem adiantadas e, como sempre, a empresa demora em dar respostas concretas em relação as indenizações.

Portanto as primeiras manifestações públicas dos atingidos por barragens aconteceu no dia 13 de novembro de 2015, o que levou os atingidos a irem para a rua protestar, foi motivo do descaso e a morosidade nas negociações das indenizações por parte da CES. Também para denunciar à sociedade Sinopense, essa morosidade e o descumprimento dos acordos estabelecidos em reuniões anteriores com a empresa. (figura 12)

Figura 12 - Manifestação dos atingidos pela UHE Sinop no dia 13 de novembro de 2015.



Fonte: SOUZA, R. B. (2019).

Em respostas às demandas cobradas, a empresa apresentou o caderno de preços das indenizações pelas benfeitorias e produção, seguindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Essa proposta foi

recebida com estranheza, por estar confuso o entendimento por parte dos representantes dos atingidos, haja vista que nenhum deles tinha conhecimento das normas da ABNT para esse tipo de avaliação das indenizações das benfeitorias e da produção (ABNT, NBR 14.653 – 1:2014). Essa norma técnica tem por características a Análise técnica, realizada por engenheiro de avaliações, para identificar o valor de um bem, de seus custos, frutos e direitos, assim como determinar indicadores da viabilidade de sua utilização econômica, para uma determinada finalidade, situação e data. (ABNT, NBR 14.653, P.3, 2001)

O caderno de preço proposto pela empresa era um calhamaço de folhas somando com mais de 300 páginas, dividido em partes com as lavouras e a discriminação de valores para cada cultura, e as benfeitorias, discriminando os tipos e os seus valores. Segundo depoimento de um atingido que participou da reunião realizada no assentamento dias após a empresa divulgar o caderno de preço:

A metodologia usada no caderno de preço dos valores das lavouras e das benfeitorias foram para confundir e criar desavenças entre nós, pois as propriedades privadas (fazendas atingidas pela usina) já estão discriminado os valores da terra e da produção e das benfeitorias sem critérios de valores (Informação Verbal)²².

A estratégia usada pela empresa aplicando a metodologia das normas da ABNT levou em consideração, basicamente, a natureza do bem avaliado. No caso das benfeitorias houve várias classificações como: se a casa era de madeira ou alvenaria, o tamanho e também o tempo de construção, entre outros aspectos. Nesse caso, cada classificação tinha um valor, por exemplo, se uma casa foi construída recentemente tinha um valor maior do que uma casa a muito tempo construída. Esses critérios não foram usados na avaliação das terras, lavouras e benfeitorias das grandes propriedades também atingidas pela usina, como pode se observar no depoimento do atingido.

²² Fala de um atingido em uma reunião realizada no dia 14 de fevereiro de 2016, após a empresa divulgar o caderno de preço.

Essa metodologia causou revoltas em algumas famílias, pois a empresa não levou em consideração o valor afetivo de uma casa construída, por exemplo, a mais de 20 anos:

Foi nessa casa onde eu criei meus filhos, e nesses anos todos eu investi nela. Não tem como ficar indiferente onde construímos nossa casa com todo carinho, com recursos que a gente teve pra fazer a moradia da gente, plantar pasto, construir as mangueiras, as construções necessárias né? Essa infraestrutura que mais pequena que ela seja, pois nós temos o nosso franguinho caipira, o nosso porquinho para o nosso sustento. Essa contagem regressiva deixa a gente meio tenso porque quer que a gente sai, mas não quer pagar os valores que ela [casa] merece (Informação Verbal²³).

A casa do atingido que cedeu a entrevista é toda em alvenaria, e segundo o seu depoimento, a família gastou mais para construir do que o valor que a empresa está oferecendo.

A produção foi outro item utilizando a classificação das normas da ABNT para as indenizações, no qual apenas a produção de fruticultura, cana de açúcar e as plantas ornamentais foram enquadradas passíveis de indenizações. Outras atividades como a pastagem, predominante, pois a pecuária é uma das principais atividades econômicas do assentamento, tanto de corte como leiteira não foram incluídas como item de indenizações. As famílias reclamaram que tiveram investimentos significativos na compra de semente de pastagem, assim como a manutenção desta.

Não bastasse isso, os itens listados no quesito produção como a fruticultura, foram apresentados no caderno de preço, com valores bem abaixo de mercado, e classificado de acordo com cada cultivar. Levou-se em consideração o tempo de reposição, usando como base de valor, os preços das mudas em viveiros da região, desconsiderando o custo da mão de obra do plantio, assim como o gasto de manutenção. Esse fato, assim como no valor das benfeitorias, também gerou revoltas entre as famílias, a ponto de um assentado, num ato impensado de desespero, cortar todos os pés de árvores frutíferas. Em depoimentos um atingido revoltado com preço das frutíferas desabafou:

²³ Entrevista realizada com um assentado da Gleba Mercedes, cuja propriedade foi atingida, em 22 de julho de 2019.

Os pés de fruta eles não querem pagar, um pé de abacate que demora uns 20 anos para produzir, o pé de manga e tantas outras frutas que plantamos aqui [quintal da casa] vamos ter que plantar em outro lugar de novo, que vai demorar mais de vinte anos para produzir. Eu já estou velho será que vou estar vivo até lá para ver eles produzindo? (Informação Verbal)²⁴.

Outro depoimento também expõe a sensação de perda e o desânimo das famílias atingidas: “começar tudo de novo nessa nova terra, fazer a casa de novo, plantar as mudas de frutas que já estão produzindo a tempos, de novo. Cada pé de planta aqui foi escolhido o lugar de plantar, a gente molhou, a gente cuidou, agora tudo isso vai ficar para traz”. (Informação Verbal)²⁵.

Os depoimentos dos atingido expressa o desalento por conta do descaso da empresa e do Estado a respeito das indenizações. Isso causa nos assentados atingidos problemas psíquicos, como relatam alguns entrevistados, muitos já tomam medicamentos controlados para depressão. A parte social que a empresa deveria ter como prioridade não encaminhou praticamente nada, enquanto a construção física da usina já passa dos 80%. A morosidade em resolver os problemas das famílias acaba provocando nos atingidos uma sensação de angústia de insegurança, e traz como consequência, os desequilíbrios mentais.

Outra questão reivindicada foi a situação das malhas viárias, pois com a formação do lago haveria uma alteração nas rotas originais e também na paisagem do assentamento, com interferências em 12 pontos nas estradas do assentamento, o que provoca mudança em toda a logística dessa comunidade. Observa-se, na (figura 13) , que os pontos em amarelo fazem referência à localização dos pontos de interferências na malha viária.

²⁴ Entrevista realizada com um assentado da Gleba Mercedes, cuja propriedade foi atingida, em 24 de julho de 2019.

²⁵ Entrevista realizada com um assentado da Gleba Mercedes, cuja propriedade foi atingida, em 24 de julho de 2019.

Figura 13 - Imagem de Satélite mostrando os pontos de interferência na malha viária do Assentamento Wesley Manoel dos Santos.



Fonte: CES (2015), adaptado por SOUZA, R. B. (2019).

Essas interferências aumentaram, em mais de 30 quilômetros o trajeto original das estradas do assentamento, o que causou uma fragmentação contínua do território (separação geográfica entre algumas famílias) pelo espelho d'água formado pelo lago. Isso provocou uma mudança na paisagem e nas rotas comuns no assentamento. Um dos exemplos dessa fragmentação é o caso da família Schlindwein, um dos membros dessa família agora tem que fazer um percurso de mais de 10 quilômetros para visitar o irmão que fica do outro lado do rio Matrinchã, onde o espelho d'água elevou o nível desse rio a cerca de 10m de altura, criando um pequeno lago, separando essas famílias. A reivindicação da família Schlindwein era a construção de um aterro ou uma ponte para facilitar o tráfego entre os dois lotes, não atendido pela empresa, alegando custo maior que o planejado.

Outra questão fundamental é que essas famílias dispõem de um trator comunitário para as atividades agrícolas e com a inundação do rio Matrinchã a estrada e a ponte que ligavam as duas propriedades desapareceram, ficando

submersas, destruindo os laços de cooperação e de vizinhança entre essas duas famílias e destas com os demais vizinhos.

Há também a pauta das compensações para o assentamento. Foi discutido em reunião a construção de um novo posto de saúde, um ginásio e uma praça, e equipamentos de cozinha para o centro comunitário. No entanto, até essa presente data (2020), a única construção realizada no assentamento como forma de compensar os impactos naquela comunidade, foi o posto de saúde²⁶ (Figura 14), inaugurado em maio de 2019, e início da construção do ginásio, no entanto, as obras estão paralisadas.

Figura 14 - Posto de saúde construído pela CES na agrovila do assentamento Wesley Manoel dos Santos.



Fonte: SOUZA, R. B. (2019).

Percebendo a morosidade da empresa para resolver alguns pontos das pautas, no dia 10 de junho de 2017 os atingidos ocuparam a sede da empresa (CES), exigindo que se cumpram os acordos estabelecidos e que garantam seus direitos. Segundo relatos dos manifestantes seriam cinco pontos cobrados:

²⁶ No assentamento já tinha um posto de saúde, com infraestrutura bem antiga e precária que foi desativado quando inaugurou esse novo.

- 1) Agilidade na regularização fundiária, que já está em andamento;
- 2) Remanejamento da população atingida, com identificação dos que deverão deixar a área e dos que irão permanecer;
- 3) Realocação para um reassentamento para os que tiverem mais de 60% das propriedades inundadas pelo reservatório da usina;
- 4) Indenizações das terras alagadas;
- 5) Acesso a informações do projeto de malha viária das estradas afetadas pelo empreendimento, assim como a participação nas decisões de onde irá passar os novos trajetos das estradas a serem construídas.

Os assentados reivindicam ainda compensações pelo impacto do empreendimento na comunidade, como algum projeto que garantisse terem uma renda no assentamento, por meio de agroindústrias, e empreendimentos para agricultura familiar. Conforme a coordenação do MAB essa manifestação foi uma forma de pressionar a empresa, haja vista se tratar apenas de uma questão de vontade da empresa em não dar agilidade em relação à pauta de regularização do assentamento. (figura 15)

Figura 15 - Manifestante em frente do escritório da empresa aguardando a equipe de negociação, com suas bandeiras e faixas de reivindicações.



Fonte: SOUZA, R. B. (2019).

A partir da pressão das famílias e cobranças por parte do Ministério Público Federal (MPF) e também pelo fato de que a usina estava preste a receber a Licença de Operação (e não conseguiriam adquirir essa licença sem as devidas reparações dos itens socioambientais contido no PBA), a empresa começou a indenizar as famílias atingidas no final do ano de 2017 e começo de 2018, como também a realocação das famílias atingidas que teve seus lotes impactados em mais de 60%, para o reassentamento que foi criado para a reterritorialização dessas famílias. Assim como a reorganização das famílias que optaram por ficar na área renascente.

Mesmo com as indenizações já pagas, ainda há outra pauta, que se arrasta até os dias atuais (março de 2020), a indenização da terra nua que seria impactada pelo lago da usina, por intermédio de um ressarcimento em dinheiro do valor da área impactada pelo lago da usina. Essa pauta está em questão judicial, visto que a empresa já concedeu as indenizações dos atingidos dessa pauta, contudo, com uma nova perícia por parte do INCRA e Ministério Público constatou-se que o valor pago pela empresa por hectare também foi abaixo preço de mercado, e com isso as famílias entraram com recurso na justiça federal.

Outro episódio emblemático que incomodou algumas famílias atingidas do assentamento, durante a construção da UHE Sinop-MT, foi o caso da supressão vegetal, pois essa técnica consiste na retirada total da vegetação que será alagada pelo lago da usina, para que não haja uma contaminação da água, provocado pela decomposição das árvores, e evite um impacto social e ambiental maior. Essa ação afetou emocionalmente os assentados (a comoção não deve ter sido só com os atingidos), como relata umas das entrevistadas que se sentiu chocada com a retirada da mata ciliar do rio e com as transformações morfológica como assoreamento e a retilinização do rio antes do fechamento da usina: “pesquei muito aqui, muitas lambari, a gente pescava aqui, e a nossa casinha era ali bem em cima [apontando para o local onde era a sua residência]. Tiramos bastante comida desse rio e hoje vocês podem ver que o rio que nós pescava não é mais o mesmo” (Informação Verbal)²⁷.

²⁷ Relatos informal de uma assentada atingida da Gleba Mercedes, em uma das visitas do MAB, em 08 de Maio de 2018, após a supressão vegetal ocorrido em algumas meses do

Além da supressão vegetal ocorrida meses antes do fechamento das comportas da Usina hidrelétrica de Sinop, também provocaram violação de direitos na retirada das benfeitorias, como relata outro assentado atingido:

[...] o dia em que eles começaram as obras, nós não estávamos aqui, estávamos viajando, eles chegaram e não notificaram ninguém, no meu caso não foi exceção, muitas pessoas que foram interferidas, também aconteceram a mesma coisa, quebraram cercas, soltaram gados, acho que isso foi um desrespeito foi uma falha muito grande da empresa, de não ter notificado pelo menos as pessoas que haveria essa intervenção. (Informação Verbal).

A supressão vegetal também continuou provocando danos econômicos após a formação do lago, pois como não tinha mais vegetação para os animais, que tinha a floresta como abrigo, começaram a atacar as lavouras dos atingidos remanescentes (os que não tiveram áreas afetadas ou que alagaram menos de 60%, em alguns casos, incorporando áreas que não foram afetados do lote do vizinho), dificultando a produção de alimentos. Como as empresas do setor elétrico não cumpre a legislação ambiental corretamente, a CES suprimiu apenas 70% da vegetação da área alagada, causando uma grande mortandade de peixes provocada pela decomposição das árvores não retiradas. Esse fato também causou revoltas nos atingidos que tinham o rio como parceiro para suprir as necessidades alimentares das famílias.

3.4 A reconfiguração dos assentamentos atingidos: as famílias remanescentes e o que restou

A paisagem dos assentamentos atingidos pela UHE Sinop está bem diferente de alguns anos atrás. Houve uma transfiguração no território, que afetou até as relações de vivência de algumas famílias. Segundo depoimento de um dos atingidos “foi mexido em 100 % da área construída, incluindo casa, mangueira, barracão, mangueira para porco, estrada que dá acesso a casa”.

No caso do assentamento 12 de Outubro, as famílias atingidas passaram por perdas de uma parte do território, e também de natureza afetiva, com profundas transformações no seu ambiente social, pois muitas famílias

que tiveram seus lotes inundados pelo lago da usina foram para o reassentamento, perdendo o vínculo de proximidade e cooperação com os atingidos que ficaram como remanescente.

Outra transformação ocorrida é a diminuição do contingente populacional do assentamento, relatado por um assentado remanescente: “diminuiu o assentamento, várias pessoas saíram para o reassentamento e muitas se mudaram para a cidade” (Informação Verbal²⁸). Acrescenta as diretoras das escolas dos dois assentamentos, que promoveu também a diminuição da quantidade de alunos matriculados nas escolas dos assentamentos, pois muitos pais de alunos migraram para o reassentamento ou para a cidade, levando os seus filhos consigo²⁹, despertando na equipe gestora das escolas o receio de que a escola, conquistada com muita luta, pudesse ser fechada por falta de demanda de alunos matriculados.

Há também muitos agricultores, que tem seus lotes às margens dos rios que cortam os assentamentos e permaneceram com áreas não atingidas pelo lago da usina. Lamentam que não podem mais pescar, pois muitos agricultores, complementavam a sua renda com a atividade pesqueira. Com a formação do lago da usina promoveu um grande impacto na produção pesqueira, umas das importantes atividades econômicas nos assentamentos. Os peixes foram extinguindo, além da água estar inapropriada para o consumo e para outras atividades como o abastecimento das residências, para a dessedentação do gado, além do aumento de mosquito.

Desta forma, percebe-se um processo de territorialização do capital na forma de hidronegócio, e a consolidação das grandes empresas do setor elétrico atuando na reconfiguração territorial. Muitas dessas empresas, comenta Trocate (2014, p. 33) “[...] instalam-se no Brasil e nos demais países da América Latina em busca, principalmente, de matérias-primas agrícolas, minerais e energéticas com fins de exportação (diga-se saqueio) para acumulação privada no contexto internacional.” Provocam a desarticulação e expulsão de camponeses, consolidando-se assim, um modelo de ocupação proposto ainda na década de 1970, com base no latifúndio e na atuação das

²⁸28 Entrevista realizada em Julho de 2019;

²⁹29 Entrevista com a diretora da escola concedida em julho de 2019.

grandes corporações internacionais.

O represamento do rio provocou perda territoriais e de valor simbólico, como o acesso ao rio para o abastecimento de água, nos dois assentamentos, ocorrendo assim uma perda da identidade dos camponeses. Um atingido lamenta, que perdeu o acesso a água do rio, pois a água que abastecia a sua casa era por gravidade, captada do rio Matrinchã e, mesmo a empresa furando um poço semiatesiano na propriedade, o poço está suprindo apenas o consumo da casa e não é suficiente para a irrigação da produção.

Atualmente o rio Matrinchã, que era um curso de água corrente e se configurava em um lugar de lazer para os moradores do assentamento que o buscavam para banhos nas tardes quentes de verão, virou uma lagoa de água parada, e com mal cheiro. Foi encontrado boa quantidade de peixes mortos suspensos na superfície do lago, que provavelmente morreram pela falta de oxigenação na água.

Novas estradas foram construídas e outras foram interdidadas, estabelecimentos comerciais que localizados às margens das estradas que foram interdidas, tiveram que fechar ou mudarem para outros locais, fazendo com que os proprietários desses estabelecimentos perdessem uma fonte de renda valiosa para a família. Muitos lotes, casas e benfeitorias foram inundados pelo lago. O local onde era realizado um esporte de origem sulista, denominado prova de laço, que agitava alguns finais de semana, não existe mais, foi afogado pelas águas da usina.

Os assentados remanescentes ainda reclamaram que aumentou a incidência de mosquitos vetores de doenças: “em uma noite os agentes de saúde colheram por meio de armadilhas pegaram 480 mosquitos da malária, só da malária sem contar com os outros mosquitos transmissores da Leche.³⁰ (informação verbal³¹)”.

³⁰ A leishmaniose ou popular Leche, é uma doença infecciosa, porém não contagiosa, causada por parasitas do gênero *Leishmania*. Os parasitas vivem e se multiplicam no interior das células dos mosquitos, que são transmissores desse parasita para os humanos quando as a ficam.

Após o enchimento do lago, houve um considerável aumento de animais selvagens, que começaram a aparecer, após a supressão vegetal, como Anta, porco do mato, e outros, que atacam a produção agrícola dos atingidos que ficaram nas áreas remanescentes, em busca de alimentos, e segundo depoimentos estão dificultando a produção de algumas cultivares como a mandioca por exemplo.

Enfim, as famílias atingidas por empreendimentos hidrelétricos, passaram por perdas de natureza afetiva, material e imaterial, havendo uma transformação no seu ambiente social, econômico e familiar que nenhuma indenização, por mais justa que seja, possa pagar. Perdas essas que comove toda a comunidade. A perda dos modos de vida, dos laços de solidariedade, da convivência e das atividades comunitária, das reciprocidade e de outros valores simbólicos.

Apenas para pontuar, que as famílias do assentamento 12 de Outubro vieram de uma experiência rica de luta pela conquista da terra, organizados por um movimento social, o MST, e que, os atingidos da Gleba Mercedes, não passaram por esse processo de luta, só na atualidade sob a coordenação outro movimento social, o MAB. Mas, assim como no assentamento 12 de outubro, os assentados da Gleba, vivenciam a luta pela permanência na terra, na construção de um território camponês. Agora, as famílias de ambos os assentamentos, são forçadas a experienciar outra vez a luta pela conquista e permanência na terra, para garantir o direito de permanecerem territorializados no campo.

O processo de realocação das famílias atingidas dos dois assentamentos, ocorreram de duas formas: 1) a realocação para reassentamento para quem perdeu mais de 60% da sua área, a maior parte do assentamento 12 de Outubro; 2) a realocação para uma área dentro do assentamento que consistia em que o assentado que perdeu menos de 60% de sua área, poderia complementar sua área impactada com os 40% da área dos atingidos que iriam para o reassentamento, (isso ocorreu nos assentamentos 12 de outubro e na gleba Mercedes).

O processo de realocação das famílias atingidas para o reassentamento teve, a princípio, um momento de tensão, pois a empresa responsável pelo

empreendimento, até março de 2016, não tinha nenhum parecer em relação aos processos de remanejamentos, pois havia problemas documentais de posse com a área que a empresa estava negociando e precisaram, com urgência, negociar uma outra área, sem definição ainda, pois a UHE Sinop já estava com as obras finalizadas aguardando a licença de operação (LO) para fechar as comportas.

Em março de 2016 a CES conseguiu adquirir uma nova área para o reassentamento, localizada no município de Sinop a uma distância de 25 quilômetros da sua sede e próximo à rodovia BR-163 sentido sul. A empresa pediu um prazo de cerca de dois anos, para a realização das obras de infraestruturas necessárias na área.

Segundo depoimentos dos reassentados, o processo de remanejamento, em partes, ocorreu de forma tranquila, (que por sinal não é muito casual nesse tipo de remanejamento, pois sempre há resistência por parte dos atingidos pelo fato de as famílias terem que deixar todo um patrimônio, material e imaterial, construídos por décadas).

Essa passividade ocorreu pelo fato da empresa assumir as despesas referentes a locação de veículos apropriados para o transporte das mobílias domésticas e da infraestrutura que as famílias podiam levar, como madeira, telhas da casa e de barracões que foram desmontados, assim como palanque e arames das cercas que foram retirados. Esses materiais levados pelas famílias para o novo reassentamento foram aproveitados em ampliações ou outras construções. Também assumiram o traslado dos animais de criação como as aves, porcos e gado.

A empresa se responsabilizou apenas pelo transporte dos bens materiais das famílias que ainda mantinham residência na área afetada. Muitas famílias cansadas pela morosidade nas negociações do processo de remanejamento, e não mais podendo trabalhar em seus lotes, optaram por alugar, temporariamente, uma casa na cidade de Sinop e aguardar uma posição da empresa. Essas não foram contempladas pela custeado pela empresa, e tiveram que arcar com todos os custos da transferência para a nova área.

Outro entrave que ocorreu nesse processo é que a empresa se responsabilizou apenas com uma viagem de para o reassentamento por família.

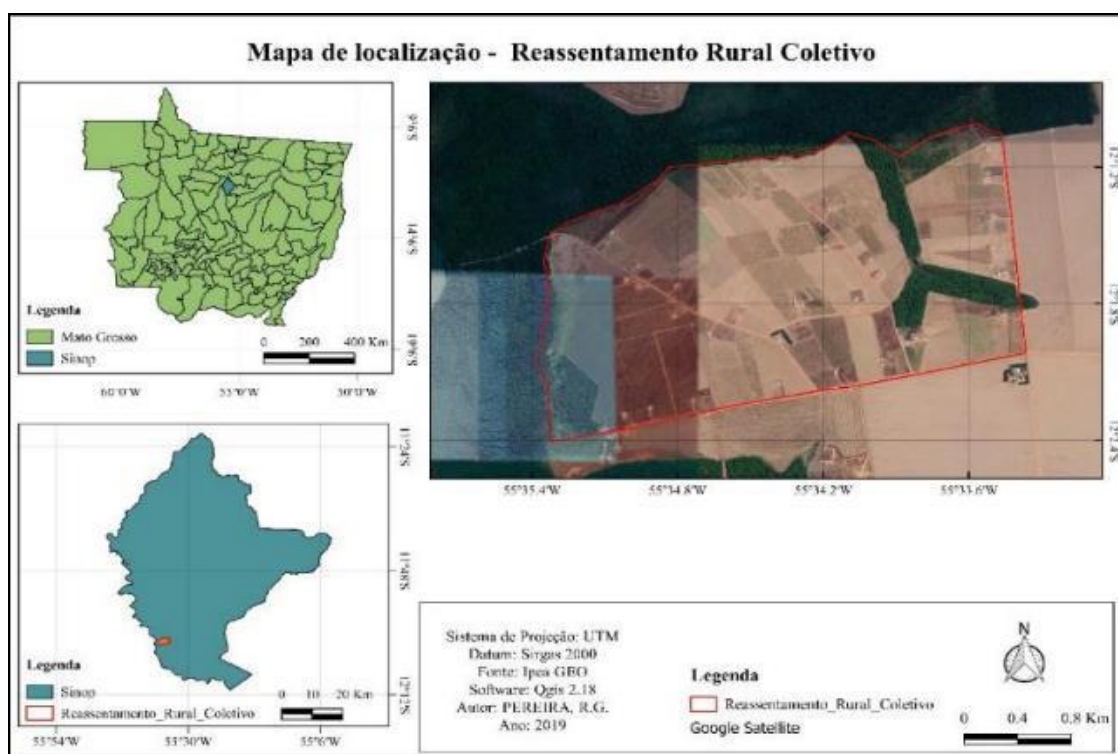
Aquelas que tinham muito materiais da antiga infraestrutura que não coube no caminhão tiveram que optar, por deixar o restante que sobrou ou arcar com as despesas para o deslocamento do restante.

CAPÍTULO IV

4. REASSENTAMENTO RURAL COLETIVO: O COTIDIANO, OS SINAIS DE RESISTÊNCIAS E OS ELEMENTOS CULTURAIS DO (DES)ENRAIZAMENTO E (RE)ENRAIZAMENTO

Este capítulo aborda um breve contexto histórico da criação de reassentamentos para a realocação de famílias atingidas por empreendimentos hidrelétricos no Brasil e a trajetória das famílias desterritorializadas dos assentamentos de reforma agrária e reterritorializadas no Reassentamento Rural Coletivo no município de Sinop (Figura 16).

Figura 16 - Mapa de localização do Reassentamento Rural Coletivo



Fonte: IPEA GEO/INCRA (2019). Elaborado por PEREIRA, R.G, SOUZA, R.B.(2019)

Ressalta ainda a caminhada histórica das famílias, as dificuldades enfrentadas com a mudança do território de origem onde mantinham todo um leque de relações socioculturais, políticas, produtivas e econômicas. Apresenta também como essas famílias estão se reproduzindo na prática

cotidiana nesse novo território, analisando os sinais de resistência e a perda dos elementos culturais do (des)enraizamento do território de antes.

4.1 Criação de reassentamentos rurais para realocação de famílias camponesas afetadas por grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil

Segundo dados do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no Brasil, são mais de 2.000 barragens construídas, para produção de energia ou para abastecimento de água. Deste total, em torno de 650 são hidrelétricas. As barragens já expulsaram, em todo o Brasil, mais de um milhão de pessoas, sendo que, em muitos casos, a maioria dessas famílias são forçadamente reterritorializadas em um espaço no qual se revela descaracterizado do seu território de origem. Outras, nem conseguem entrar no processo de reterritorialização.

Isso aconteceu na construção da usina hidrelétrica binacional de Itaipu, que foi iniciada em 1973, localizada no rio Paraná, no período militar no Brasil em parceria com o Paraguai, e que atingiu várias cidades da região oeste do estado do Paraná. O processo de desenraizamento ou desterritorialização das famílias iniciou-se em 1977, finalizado no início dos anos 1980. Segundo Bartolomé (2001), foram desapropriadas mais de 8.272 propriedades rurais e urbanas nos municípios impactados, sendo retiradas entre 40 a 300 mil pessoas das áreas afetadas.

Segundo o mesmo autor (2001) a única opção alternativa apresentada às famílias atingidas por esse grande empreendimento foram os reassentamentos urbanos para as áreas urbanas impactadas e os reassentamentos rurais para os territórios alagados em áreas rurais. De acordo com o autor, poucos atingidos foram indenizados de suas perdas em benfeitorias com pagamento em dinheiro.

Outros empreendimentos hidrelétricos construído quase no mesmo período foram as construções das UHE's Machadinho e Itá na bacia do rio Uruguai, entre as divisas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essas duas usinas hidrelétricas, construídas no mesmo período e na mesma

bacia hidrográfica, inundaram, segundo documento da ELETROSUL do ano de 1979, uma área de 1.610 Km² e exigiu “o deslocamento compulsório de aproximadamente 35.900 pessoas, sendo 29.300 residentes em áreas rurais (pequenos agricultores e trabalhadores rurais) e pequenos centros urbanos e 710 indígenas habitantes em três áreas indígenas (ELETROSUL, 1979, p.213).

Reis (1996) afirma que as populações atingidas por esses dois empreendimentos hidrelétricos eram constituídas basicamente (70%) por pequenos agricultores e trabalhadores rurais em regime de economia familiar. Viviam em propriedades de até 20 hectares, onde predominavam as culturas de milho e soja, mas também cultivavam trigo, batata, cana-de-açúcar e foram forçados a ocupar outros territórios na forma de reassentamentos.

Bartolomé (2001), cita que foi nesse período que os atingidos começaram a se opor a construções de empreendimentos hidrelétricos, e que o conjunto de diversas manifestações levou à criação, em 1979, da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) e resultou em um pontapé inicial para a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Neste ato de criação, lançaram manifesto em que questionava a utilidade das hidrelétricas e o processo de planejamento destes empreendimentos, excluindo a população atingida.

Depois de muitos anos de luta, em 1981, por meio do documento denominado “Carta de Marcelino Ramos”,

[...] solicitaram a interrupção de todos os trabalhos até que fossem definidos os critérios dos reassentamentos e as indenizações, a garantia destes direitos a todos os atingidos, incluindo inquilinos e ocupantes. Exigiam, também, que todas as decisões fossem negociadas com os representantes dos atingidos com a presença de terceiros, como cooperativa, igreja, etc. (BARTOLOMÉ, 2001, p.241).

Ainda foi construído, no norte do país, um empreendimento hidrelétrico com grande mobilização do processo de desterritorialização e reterritorialização de um grande contingente populacional provocado pela usina hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará, entre final da década de 1970 e início dos anos 1980, no baixo rio Tocantins. Essa hidrelétrica, construída pela ELETRONORTE, inundou cerca de 2.430 Km² e deslocou cerca de 30.000

peças, incluindo população indígena das áreas Parakanã, Tucuruí, Mãe Maria e os Gaviões da Montanha (MAGALHÃES, 1991). A obra foi iniciada sem a realização prévia de censos ou estudos socioeconômicos específicos, pois a empresa utilizava, em seus discursos e documentos, os conceitos de “vazio demográfico” e “atraso social”, e em um período, anterior à Constituição Federal de 1988, que não exigia o EIA/RIMA.

As áreas afetadas por esse empreendimento eram predominantemente devolutas, pois segundo os coordenadores do MAB que atua na região “[...] até hoje, a situação da realocação dessas famílias atingidas ainda não foi resolvida”. Conforme Magalhães (1991), para a ELETRONORTE remanejar as populações atingidas foi necessário conveniar com o INCRA para realizar uma ação discriminatória de terras, a partir da qual seria definida a “situação jurídica” das “ocupações”, na qual resultou o seguinte quadro fundiário:

As reservas indígenas; terras devolutas da União; terras de propriedade do Ministério da Aeronáutica; terras de propriedade da ELETRONORTE, advindas do partilhamento do acervo da Estrada de Ferro Tocantins; títulos de aforamento expedidos pelo estado do Pará; terras tituladas ao particular até o limite de 3.000 hectares; terras destinadas ao Projeto Integrado de Colonização Marabá; terras arrecadadas e matriculadas em nome do INCRA, com a finalidade de colonização e regularização fundiária e, sobretudo, ocupação de terras devolutas da União. (MAGALHÃES, 1991, p. 158).

Ou seja, os pequenos agricultores atingidos passaram para uma condição de subordinação à existência de uma, digamos “ocupação rural”, entendida enquanto moradia efetiva e cultura permanente, sem uma definição ao certo de como vão ter definitivamente a posse da terra que foram reassentados. Pois não houve indenizações, apenas o reassentamento ainda sem a titulação definitiva da terra.

Essas abordagens históricas de como foram construídos e de como estão os reassentamentos rurais e a realocação de famílias camponesas atingidas por grandes empreendimentos hidrelétricos no Brasil foi somente um exemplo. Independentemente de onde se constrói hidrelétricas no Brasil, não muda a maneira das empresas do setor elétrico atuarem.

Para essas empresas indenizarem ou disponibilizarem um novo local para reassentamento das famílias atingidas, vai depender do nível de

organização local onde esses empreendimentos são construídos. O histórico processo de luta das famílias atingidas demonstra que nos locais onde não houve organização social, não houve indenizações ou as empresas do setor elétrico indenizaram muito mal as famílias atingidas.

As famílias atingidas pela UHE Sinop no norte do estado de Mato Grosso, tiveram como opção, conquistadas por meio da organização social e por processo de luta e resistência: indenização das áreas atingidas; indenizações em dinheiro, das terras, benfeitorias e das produções que seriam alagadas pelo lago da usina; reassentamento em outro local.

A CES em 2018 disponibilizou como parte da restituição das perdas de territórios, um novo local para reassentamento de partes das famílias atingidas por essa empresa, denominado Reassentamento Rural Coletivo. Grande parte das famílias que optaram pelo reassentamento foram os atingidos do assentamento 12 de outubro, pois os atingidos do assentamento Wesley Manoel dos Santos, optaram em ficar nas aéreas renascentes ou conseguiram serem remanejadas em outro local dentro do assentamento.

4.2 Reassentamento rural Coletivo: Criação, e a ressignificação das relações de vivências e da construção de um novo território

O Reassentamento que foi criado para reassentar as famílias atingidas pela UHE Sinop, que é denominado provisoriamente como Reassentamento Rural Coletivo localiza-se no município de Sinop-MT, a 25 quilômetros da sua sede. Em outubro de 2018, as famílias começaram a ocupar os lotes no reassentamento, respeitando o prazo dado pela empresa de dois anos para construir as infraestruturas necessárias. Os lotes foram repartidos em 20 hectares de área de cultivo e 20 hectares de área de reserva legal, em condomínio.

No período da implantação de infraestruturas, no reassentamento, foram construídas, 28 casas de 63 m² cada e realizadas a instalação de energia elétrica e a perfuração de poços artesianos em cada propriedade, assim como a construção de cercas, que serviu para demarcar cada área de lote. As casas tinham dois modelos diferentes, um com dois quartos, sala, cozinha, banheiro social, lavanderia e varanda e outro com três quartos, sendo uma suíte, sala,

cozinha, banheiro social adaptado para portadores de necessidades especiais, lavanderia e varanda, conforme a escolha das famílias. Os critérios usados na escolha dos modelos de casa foram a quantidade de membros da família, por exemplo, para quem tem cinco ou mais membros da família ficou com casas de três quartos, as com menor número ficaram com o modelo de casa com dois quartos (Figura 17).

Figura 17: Imagem do modelo de casas construídas pela CES no reassentamento rural coletivo.



Fonte: SOUZA, R. B. (2019).

A empresa só responsabilizou pela construção das casas e cercas, deixando a responsabilidade de construção do restante da infraestrutura como barracões, e plantio de mudas para os reassentados. Desse modo, as famílias tiveram que construir os barracões e, muitos usaram a madeira e telhas que trouxeram da antiga propriedade. Também iniciaram o plantio das mudas de fruticultura, para o pomar, e das plantas ornamentais, nos quintais das novas casas.

Abordar as dificuldades enfrentadas com a mudança do território de origem onde mantinham vínculos territoriais e relações socioculturais, políticas, produtivas e econômicas, é bem mais complexa, haja vista que as famílias atingidas, e expulsas pela CES, tiveram rupturas em seus modos de vida e abalou suas identidades. A perda do território de origem as desafiou para a

construção de um novo território, permeada de contrassensos e conflitos, e, para os geógrafos essa ação é entendida como desterritorialização, carregada de contradições e de desafios aos sujeitos envolvidos no processo.

Para Bloemer (2001), há um processo de desestruturação e reestruturação das relações sociais e da organização territorial. Recorrendo a Corrêa, esse afirma se tratar de processos de desterritorialização, ou seja:

[a] perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de tensões capazes de desfazerem o território”, e reterritorialização como a “criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território” (CORRÊA, 1996, p. 252).

Os depoimentos apontam que as famílias desterritorializadas pela UHE Sinop de seus sítios no assentamento e reterritorializadas no reassentamento, tinham uma forte relação estabelecida com o rio, no antigo assentamento onde eles residiam. Quase todos os lotes tinham acesso a algum tipo de ambiente hídrico, sejam os córregos que cortavam o assentamento ou o rio Panorama e até mesmo o rio Teles Pires onde foi construída a UHE.

As famílias utilizavam o rio como espaço de lazer e podiam pescar para reforçar a alimentação, e usar a água para outras atividades, como irrigação da produção, abastecimento de água para as moradias e até mesmo a dessedentação dos animais, por meio de mecanismo de rodas d'água. No reassentamento essas famílias não têm mais acessos a corpos hídricos, há apenas um poço semiartesiano que abastece as propriedades.

A área onde se localiza o reassentamento, é cercada por fazendas de soja, e os camponeses que têm os lotes próximo à essa monocultura estão encontrando dificuldades para a produção, sobretudo de hortaliças, que são plantas sensíveis ao uso exagerado de agrotóxico, como é recorrente nas lavouras de grãos da região. A empresa tem se esforçado para implantar projetos para produção de hortifrutigranjeiros no reassentamento, sem muito sucesso. (como pode ser verificado na figura 18).

Figura 18 - Banner colocado na porteira de um dos lotes indicando que esta é uma unidade demonstrativa de produção de hortifrutigranjeiros.



Fonte: SOUZA, R. B. (2019).

As famílias do Reassentamento Rural Coletivo estão em processo de adaptação, apesar de receberem ainda um pequeno recurso destinado a manutenção das propriedades, haja vista ainda não terem quase nenhuma produção, pelo pouco tempo que se estabeleceram nos lotes. Muitas famílias plantaram mandioca e horticultura, mas a principal atividade econômica continua sendo a pecuária de gado leiteiro e de corte, como era no assentamento, e porque estão aproveitando a pastagem original da antiga fazenda. Muitos produtores já estão entregando o leite no laticínio da cidade de Sinop ou fazem queijos que são vendidos na feira.

Muitas pessoas do reassentamento lamentam a perda da produção que foram inundadas pelo lago da usina. Segundo depoimentos perderam grandes plantações de fruticultura como pequi, abacaxis, laranjas, que garantiam, a muitos anos, boa produção, o que promove tristeza e desânimo nas pessoas, ainda em processo de reestruturação da sua produção nos lotes. Nos quintais dos lotes visitados há uma variedade de árvores frutíferas e outras cultivares ainda pequenas, que demorarão vários anos para começar a produzir.

Desse modo, as perdas foram, tanto materiais como imateriais, que em parte nunca irão recuperar. No entanto, algumas pessoas relataram como

possibilidades de melhoras o fato de o reassentamento ficar mais próximo da cidade de Sinop, que facilita o escoamento da produção. Os assentamentos onde viviam ficam bem mais distante da cidade e isso dificultava a logística da comercialização. Também afirmam que as casas construídas pela empresa são melhores que as tinham nos assentamentos.

Tanto as perdas irreparáveis, que asseveram os fatos negativos, como as melhorias no estilo de vida, os fatores positivos, podem ser elementos que poderão convergir para sinais de resistências e (re)existências das famílias, para reconstrução do território e da comunidade.

4.3 Os sinais de resistências e (re)existências no novo território

Caminhando pelo reassentamento, em suas estradas empoeiradas, no período da seca, e embarreladas nas chuvas, percebe-se logo que o lugar e a paisagem são de um descampado, onde só se observa o capim das pastagens e as construções das moradias que seguem o mesmo padrão, exceto algumas delas já modificadas pelos reassentados. Tuan (1983, p. 200) define o lugar “como um resultado do uso habitual, que adquire uma densidade de significado e uma estabilidade que são traços característicos do lugar”, O que certifica que o lugar também sofrerá um processo espacial e temporal de longo prazo para se reafirmar.

No reassentamento há pouca existência de árvores de grande porte, pois o pomar e as plantas ornamentais ao redor das moradias ainda estão em fase de crescimento. Há uma estrutura da antiga sede da fazenda que foi convertida em Centro Comunitário, disponibilizada para reuniões ou para a realização de algum evento promovido pela comunidade, mas, segundo depoimentos, pouco utilizada pelas famílias reassentadas (Figura 19).

Figura 19 - Centro Comunitário do Reassentamento.



Fonte: SOUZA, R. B. (2019).

No reassentamento ainda não há igrejas, posto de saúde, nem escola construída para o atendimento dessas famílias. No caso dos estudos, as crianças são obrigadas a uma migração diária para estudarem em escolas urbanas, na cidade de Sinop.

A relação com espaço e equipamentos urbanos se dá a partir o bairro Alto da Glória que é o mais próximo do reassentamento. Este fica bem distante do centro da cidade de Sinop, é bem populoso e se tornou quase independente do centro, oferecendo quase de tudo: grandes redes de supermercados; agências bancárias; creches e escolas, tanto da rede municipal como estadual; e, principalmente, uma feira que acontece duas vezes por semana, onde os reassentados comercializam seus produtos alimentares como horticultura, frangos, ovos, queijos, dentre outros. Também para professar sua fé as famílias tem que se deslocar até o bairro Alto da Glória.

Nos assentamentos onde elas viviam tinham escolas de ensino fundamental e médio, posto de saúde e igrejas evangélicas e católicas. Nesse sentido, há uma mudança significativa na rotina das famílias com relação à participação do seu núcleo religioso, haja vista que, para professar a sua religião, muitos moradores tem que depender de carona com algum

vizinho que tenha algum tipo de veículo para se deslocar até as igrejas mais próximas do referido bairro.

O mesmo acontece se algum membro da família adoecer. Também é preciso se deslocar até a cidade para se consultar no posto de saúde localizado nesse bairro, ou agendar consultas particulares. Também dependem de carona ou como já é de costume, vão com o ônibus escolar que leva os alunos do reassentamento para a cidade.

Percebe-se que ainda não se desenvolveu um nível de organização comunitária no reassentamento em que as famílias possam se unir de forma coletiva e exigir das autoridades de Sinop a construção de pelo menos um posto de saúde que possa atender a população daquela localidade para que não precisem se deslocar até a cidade para consultas médicas. Ou ainda exigir do poder público municipal a construção de uma escola do campo no reassentamento para atender as crianças e evitar o deslocamento de aproximadamente 25 quilômetros de ônibus para estudarem, perfazendo um total de 50 quilômetros diário, ida e volta.

Para complementar a renda familiar muitos fazem “bicos³²” na cidade como jardinagem, diaristas em casas de famílias, vigilante nas escolas do bairro Alto da Glória, ou até mesmo em serviços temporários nas fazendas do agronegócio que circunda o reassentamento, descaracterizando o perfil de camponês, pois em muitos lotes a produção agrícola ainda está em desenvolvimento e ainda não é suficiente para manter a renda e suprir as necessidades básicas da família.

Embora a empresa responsável pelo empreendimento hidrelétrico tenha se esforçado para implantar alguns projetos de desenvolvimento da produção, no reassentamento, esses se deparam em algumas limitações como a qualidade do solo, haja vista que o solo de alguns lotes é arenoso, dificultando a produtividade a quantidade insuficiente de água disponível para a irrigação, pois muitos camponeses estão com o projeto de produção de fruticultura. Conforme depoimentos essas famílias já tinham experiências nesse tipo de produção nos assentamentos onde viviam e, segundo eles, tem um bom mercado em Sinop, no entanto, estão limitados na disponibilidade

³² Serviços secundários e temporários.

baixa de água, visto o poço artesiano que abastece a propriedade não ser suficiente para irrigar essa atividade.

Outro fator, já citado anteriormente, é que alguns lotes, que ficam na borda do reassentamento, estão muito próximos às fazendas do agronegócio e, em períodos de aplicação de agrotóxicos, geralmente por aspersão aérea, esses insumos químicos são levados pelo vento para essas propriedades do reassentamento e contaminam os pomares e hortaliças. Os produtores desses lotes precisam criar mecanismos para barrar a “chuva” de agrotóxicos se quiserem produzir alimentos sem venenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu o entendimento da concepção e configuração do território da Amazônia legal, que foi concebida sob a lógica capitalista e da política de governo dos militares, nas décadas de 1970 a 1980, moldado dentro dos conceitos de uma sociedade conservadora, inserido dentro de uma corrente ideológica nacionalista e desenvolvimentista. Esses fatores se tornaram parte dos processos de ocupação e ampliação do capital nos territórios amazônicos após a década de 1970, moldada na concentração da renda da terra, e mais recentemente com o desenvolvimento de uma nova fronteira do hidronegócio.

A pesquisa sustenta-se nas correntes teóricas, sob as bases da dialética, que permeiam as questões das dinâmicas territoriais e torna-se relevante pelo fato de despertar, no leitor, novos questionamentos sob um olhar crítico dos processos e do papel que a Amazônia brasileira exerce no contexto de ampliação do capital. Processos esses que envolvem questões acerca da territorialização do modelo do agrohidronegócio, e a desterritorialização e reterritorialização de famílias camponesas, provocado pela construção da usina hidrelétrica de Sinop na bacia do rio Teles Pires. Assiste-se uma sequência de violação de direitos humanos, causados por impactos no modo de vida e de produção das famílias camponesas, e reconfiguração territorial nos assentamentos rurais atingidos pela UHE Sinop-MT nos municípios de Sinop e Cláudia.

Na pesquisa a campo percebeu-se a situação de abandono em que se encontram as famílias dos assentamentos da Reforma Agrária, especificamente, os do INCRA no norte de Mato Grosso, bem como a forma como os fazedores de políticas públicas têm tratado e vêm tratando a classe trabalhadora do campo, os camponeses, principalmente quanto às políticas agrárias dos suscetíveis governos.

As entrevistas aplicadas aos assentados atingidos possibilitaram, perceber a necessidade dos sujeitos em falar, denunciar, ou seja, de serem ouvidos. Muitas dessas falas marcadas pelo sentimento de indignação, atribuída ao abandono por parte do Estado, ou pelas perdas de valor material e simbólico impostos pelo modelo capitalista excludente. Os assentados perceberam rapidamente que estavam lidando com “gente grande” (grandes empresas do setor elétrico), e que seria engolido caso não se mobilizassem. Viram na mobilização e luta por direitos para garantir no mínimo uma indenização justa a única saída, realizando manifestações nas ruas e ocupando o escritório da empresa e usando as mais variadas ferramentas de luta para a garantia de seus direitos.

O MAB teve um papel importante na organização nas famílias atingidas, acompanhando todas as rodadas de negociação entre a CES, responsável pela UHE Sinop e os atingidos, despertando o espírito de luta e reivindicação de seus direitos, e buscando construir uma nova possibilidade de desenvolvimento social, com a participação das populações atingidas na elaboração do planejamento e nas tomadas de decisões, construídos de “baixo para cima”, na contramão dos interesses locais.

Todo a conjuntura de mobilização e luta das famílias atingidas mostrou ser necessário estar sempre mobilizados e organizados, para garantir conquistas dos objetivos propostos nesse embate de luta de classes, no qual o capital vê cifras em tudo, na mercantilização da terra e da água e exclui os demais na disputa por recursos naturais.

No remanejamento das famílias para o reassentamento, criado para essa finalidade, percebeu-se, pelas entrevistas, que alguns atingidos concordaram com a metodologia adotada pela empresa para o remanejamento, mesmo que tenham lamentado o fato de terem de ter utilizados dos seus próprios recursos

financeiros para transportar seus bens para o reassentamento. Pois muitos assentados atingidos estavam morando de aluguel na cidade de Sinop e queriam ansiosamente voltar a ocupar os seus devidos lotes.

Observou-se também estarem em fase de adaptação nesse novo território, haja vista estarem a apenas um ano no reassentamento. Ainda assim, criam mecanismos e estratégias para adquirirem renda com a venda de alimentos produzidos em seus lotes na feira livre do bairro Alto da Glória, o bairro mais próximo do reassentamento.

É perceptível ainda que as famílias do local ainda não estão para reivindicações para a comunidade, buscando infraestruturas básicas que devem ser fornecidas pelo poder público, sobretudo o municipal. No reassentamento ainda não foram construídos o posto de saúde e a escola, o que demonstra que a comunidade ainda não se reconstituiu enquanto organização social para o enfrentamento de novas batalhas para a permanência, o bem-estar e a garantia de direitos acordados com a CES e órgão públicos de Sinop.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Neurozito F. **A Produção do Espaço Mato-Grossense**. Departamento de Geografia. UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. 1988.

BARTOLOMÉ, L. J. (Org.). *Combatiendo a leviatan. La articulación y difusión de los movimientos de oposición a los proyectos de desarrollo hidroeléctrico en Brasil (1985 – 1991)*. In: BALLAZOTE, A O., CATULLO, M. R., e RADOCICH, J. C. **Anthropología y grandes proyectos en el MERCOSUR**. La Plata, República Argentina: Editorial Minerva, 2001.

BECKER. Bertha K. **Geografia da Amazônia**. Artigo apresentado na Conferência do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo-USP. Proferida pela autora em 27 de abril de 2004. São Paulo-SP. 2005.

BLOEMER, Neusa Maria S. A hidrelétrica de Campos Novos: camponeses, migração compulsório e atuação do setor elétrico. In: REIS Maria José e BLOEMER, Neusa Maria S. (Org.). **Hidrelétricas e populações locais**. Santa Catarina: UFSC, 2001.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Econômico – PDE 2014-2023**. Ministérios de Minas e Energia - MME. Brasília, 2014

_____. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2024 – PDE**. Ministério de Minas e Energia -MME. Empresa de Pesquisa Energética –EPE, Brasília, 2015.

_____. **Resenha Energética Brasileira**. Ministérios de Minas e Energia - MME, Brasília, 2014

_____. **Avaliação Ambiental Integrada – AAI – da Bacia Hidrográfica do rio Teles Pires**. Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE, 2009.

_____. **Estudo de Impacto Ambiental da UHE Sinop- EIA/UHE Sinop**. Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE, 2010.

CARTILHA DO MAB. 2013, Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>. Acesso em 21 de jun. 2018.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996, 332, p. 251 – 256.

ELETROSUL. **Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai**: estudo de inventário hidroenergético. Florianópolis, 1979. v. IV

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: editora Vozes, 2001.

FERNANDES, João Luís Jesus. **Implantação de projetos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens**; in Cuarto Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo; Eumed.Net; Universidad de Málaga; Espanha. 2008.

FONSECA, Gizelle P. S. **Análise da Poluição Difusa na Bacia do rio Teles Pires**. SEMA-MT, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. Editora Atlas S.A, 2008.

GONÇALVES, Dorival Junior, **“Os impactos das UHE’s na bacia do rio Teles Pires”** (Palestra), Auditório da UNEMAT Campus de Alta Floresta/MT, 04 novembro de 2015.

GONÇALVES, Dorival Junior. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas “fontes” e o controle dos excedentes**. 2007. 431 f. Tese (Doutorado em Energia) – Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GROSSI, Y. de S. **Mina de Morro Velho: a extração do homem, uma história de experiência operária**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 3ª ed., Petrópolis: Vozes/FASE, 1991

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” á multiterritorialidade**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

_____. Ensaio sobre ordenamento territorial in; SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. **Território, Territórios: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. 3. Ed. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, 1994.

HOHN, Daiane. **Amazônia e os impactos de projetos hidrelétricos: Discutindo a Hidrelétrica de Belo Monte**. 2014. 71 f. Trabalho de Curso (Curso de Especialização Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ/IPPUR, Rio de Janeiro-RJ, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEITÃO, Thais. Amazônia Legal concentra quase metade de toda a água subterrânea potável do país. *In: Agência Brasil*, 1 de jan.2011. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-06-01/amazonia-legal-concentra-quase-metade-de-toda-agua-subterranea-potavel-do-pais>. Acesso em 22 nov. 2018.

LOUREIRO, Violeta, Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. Ed: Empório do Livro. SP, 2009.

MAGALHÃES. Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: O caso da barragem de Tucuruí**. Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém-PA, 1991.

MALVEZZI, R. **Dicionário de Educação do Campo**. In SALETE, R.; et al (Org). 397 – 404. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: < <http://www.utfpr.edu.br/> > Acesso em 07 de jan.de 2020.

MARQUES, António Pedro Sousa. **Da Construção do Espaço à Construção do Território**. Revista Fluxos & Riscos, Évora, Portugal n.1, 2010, P. 75 – 88. Disponível em: < <http://cpes.ulusofona.pt/pt/revista-fluxos-e-riscos/>.>. Acesso em 07 de fev. de 2020

MENDONÇA. Maria Luísa. **O Papel da Agricultura nas Relações Internacionais e a Construção do Conceito de Agronegócio**. Revista CONTEXTO INTERNACIONAL, Rio de Janeiro, vol. 37, n. 2, maio/agosto 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO, 2014.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla/1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas, 2007.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Cartilha nº 04 de 1996**, Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>>. Acesso em 12 de fev. 2020.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec. 1989

NEIDECK, Rosana Maria Breier. **A formação dos educadores: Um elemento articulador entre as práticas escolares e a vida camponesa no Centro Municipal Integrado de Educação do Campo Valmor Copati**. 2015. 80 f. Trabalho de Curso (Curso de Especialização Residência Agrária Matrizes Produtivas da Vida do Campo) – Universidade de Brasília (UnB) – Faculdade UnB Planaltina (FUP) Brasília-DF, 2015.

NESELLO, Evandro. **Trabalho Coletivo versus Trabalho Individual: Um Dilema dos Agricultores, do Reassentamento Cristo Rei, Município de Campos Novos / SC**. Trabalho de Conclusão de Curso, Tema: Cooperação: Ressignificando as Relações Sociais. Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Braga - RS, 2005.

OLIVEIRA, Ana Maria Cortez Vaz dos Santos. **Processos de desterritorialização e Filiação do Lugar: o caso da Aldeia da Luz**; Dissertação de Mestrado na área de Geografia Humana, especialização em ordenamento do Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 2011.

PASSOS, M. M. **Amazônia: teledetecção e colonização**. São Paulo: Unesp, 1999.

PAZ, Luciana Rocha Leal da. **Hidrelétrica e Terras Indígenas na Amazônia: Desenvolvimento Sustentável?** 2006. 272 f. Tese (Doutorado em Ciências e Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

PERIPOLLI, Odimar J. **Expansão do Capitalismo na Amazônia Norte Mato-Grossense: a mercantilização da terra e da escola**. 2009. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2009.

PICHININ, Erica dos Santos; SOUZA, Reginaldo José de. **O avanço da fronteira agrícola no norte de Mato Grosso: algumas reflexões sobre os impactos socioambientais**. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2006.

PICOLI, Fiorelo. **Amazônia e o capital: uma abordagem do pensamento hegemônico e do alargamento da fronteira**. Sinop: Editora Fiorelo, 2005.

_____. **O capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

RELATÓRIO PALLOS CONSULTORIA S/C Ltda. **Aproveitamento Múltiplo de Manso: Auditoria Social**. Rio de Janeiro, 2006 (Relatório Consolidado).

SANTOS, J. V. T. **Matuchos: Exclusão e luta - do Sul do Pará à Amazônia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. **O conceito de “atingido” por barragens - direitos humanos e cidadania**, Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, ano 2015, Vol. 06, N. 11, 2015, p. 113-140. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12698/12409>. Acesso em: 22 fev. 2020.

SAQUET, M. A; SILVA, S. S. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ: Ano 10, v.2, n.18, 2008, p. 24-42.

SOARES, Ivan de Sousa. **Geografia Política dos Recursos Hídricos e a Reprodução Capitalistas: Algumas notas iniciais sobre a expansão dos hidronegócios em Mato Grosso**, In: XXIII ENGA - Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2016. **Anais ano de 2016**. Aracaju (SE). Disponível em: <http://enga.com.br/anais/index.php>. Acesso em jul. 2017. p.1-17.

SOUZA, Rozivaldo Barros de. **Movimentos Socioterritoriais e o Hidronegócio em Sinop: Um estudo de caso dos atingidos por barragens da Gleba Mercedes**. 2017. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, Colíder/MT, 2017.

THOMAZ JUNIOR, A. **Degradação Sistêmica do Trabalho no Agronegócio no Brasil**, In: XXIII ANPUH - Encontro Estadual Paulista de História, 2016. **Anais ano de 2016**. Assis (SP). Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/anais/index.php>. Acesso em jul. 2019. p.1-17.

_____. **O Agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI**. Revista de Geografia Agrária CAMPO-TERRITÓRIO, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio>. Acesso em jul. 2019. p.1-31.

TROCATE, Charles (Org.). **Ideias para o pensamento político da Via Campesina na Amazônia**. Pará: Iguana, 2014.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VAINER, Carlos B. **Conceito de “Atingido” uma revisão do debate e diretrizes**. IPPUR/UFRJ, 2002. Disponível em: <<https://www.docplayer.com.br/52010953-Conceito-de-atingido-uma-revisao-do-debate-e-diretrizes-1.html>>. Acesso em 04 nov. 2018.

_____. **Águas pra a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil**. In: Acselrad, Henri. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Relume Dumará, Fundação Ford, 2009.